

CONHECIMENTO, HISTÓRIA, REALIDADE.
Por uma nova história do pensamento.
(A propósito da reedição de *La Méditerranée...* de
Fernand Braudel) (I).

JOAQUIM BARRADAS DE CARVALHO
do "Centre National de la Recherche Scientifique"
— Paris.

"Estamos todos de acôrdo em considerar a sua teoria como louca. A única coisa que nos separa, é saber se ela é suficientemente louca para ter probabilidades de ser verdadeira. Na minha opinião, ela não é suficientemente louca para que isso aconteça".

Niels Bohr, 1958 (citado por A. Polikarov, *Problèmes Philosophiques des Théories Physiques Modernes*, in *Sciences et Matérialisme Dialectique*, Recherches Internationales à la Lumière du Marxisme, n.o 54, Ed. de la Nouvelle Critique, Paris, 1966, p. 53).

* * *

"Se limitarmos a nossa retrospectiva a êste século, depararemos com dez análises, pelo menos, e com mil retratos da história, sem contar as posições que se esboçam nas próprias obras dos historiadores, mais propensos a julgar que definem melhor as suas interpretações e pontos de vista numa obra do que numa discussão precisa e formal do seu pensamento (o que lhes vale a irônica censura dos filósofos de que os historiadores nunca sabem ao certo a história que fazem)...".

Fernand Braudel, *História e Sociologia*, in *Traité de Sociologie* publicado sob a direção de Georges Gurvitch, capítulo IV do volume I, Paris, 1958; ou, Fernand Braudel, *Ecrits sur l'Histoire*, Flammarion, Paris, 1969, pp. 97-122; tradução de Margarida e Joaquim Barradas de Carvalho, in *Revista de História*, n.o 61, São Paulo, janeiro-março de 1965.

Somos tentados a reescrever estas palavras de Fernand Braudel:

“Os filósofos acusam-nos, a nós historiadores, de nunca sabermos ao certo a História que fazemos...”

.....
Pensamos, entretanto, ser preferível não sabermos ao certo a História que fazemos, e fazermos História, do que sabermos muito bem a História que faríamos, mas que nunca chegamos a fazer...

Nós somos daqueles historiadores que procuramos saber ao certo a História que fazemos. O que, afinal, nada acrescenta à nossa qualidade como historiadores. Talvez, até, bem pelo contrário...

Henri Pirenne precisou de saber exatamente a História que fazia? Einstein precisou de saber exatamente a Física que fazia? E Copérnico? E Kepler? E Lavoisier? E Darwin? etc., etc...

* * *

“A Humanidade só se põe os problemas que ela pode resolver”.

Karl Marx, *Prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política”*, in *Études Philosophiques* de K. Marx et F. Engels, Ed. Sociales, Paris, 1961, p. 100.

“O historiador não tem o direito de desertar”.

Lucien Febvre, *Combats pour l’Histoire*, Ed. A. Colin, Paris, 1953, p. 229.

* * *

Sem uma certa dose de ignorância não existe o grande trabalho científico... Essa têm-la nós, mas falta-nos seguramente o resto...

Não estamos desacompanhados nesta afirmação, bem singular à primeira vista. Vejamos, entre seguramente poucos mais, A. Virieux-Reymond, *L’Epistémologie*, P.U.F., Paris, 1966: “O papel dos amadores que fazem grandes descobertas em domínios em que não são especialistas, é... embaraçador: o seu sucesso provém de que uma certa ignorância no domínio em que fazem as suas descobertas os liberta da obediência às teorias admitidas, ou essas descobertas são o fruto da fecundidade do método de transposição?” (p. 88); “...verificamos, mais uma vez, que os progressos mais importantes foram realizados por amadores, ou, em todo o caso, por sábios ocupando-se de domínios que não eram da sua especialidade: trata-se apenas do fruto da transposição de méto-

dos para fora dos domínios em que êles tinham sido primeiramente aplicados, ou trata-se do fato de que o conhecimento das teorias admitidas paralisa a imaginação criadora?” (p. 131).

Parecem-nos válidas as duas hipóteses, mas de maior pêso esta segunda..., ou aquela primeira...

* * *

1. — DO SENSÍVEL AO INTELIGÍVEL.

“As verdades científicas são sempre paradoxais se raciocinamos fundando-nos na experiência quotidiana, a qual não apreende senão a aparência enganadora das coisas”.

Karl Marx, *Salários, Preços e Lucros*, 1865; *Travail salarié et Capital suivi de salaire, prix et profit*, Ed. Sociales, Paris, 1968, p. 89 (citado por A. Polikarov, *Problèmes Philosophiques des Théories Physiques Modernes*, in *Sciences et Matérialisme Dialectique*, Recherches Internationales à la Lumière du Marxisme, n.o 54, Ed. de la Nouvelle Critique, Paris, 1966, p. 53. Citado também por Louis Althusser, *Marxismo, Ciência e Ideologia*, Ed. Sinal, São Paulo, 1967, p. 24).

“Tôda a ciência seria supérflua se a aparência e a essência das coisas se confundissem”.

Karl Marx, *O Capital*, Livro III; *Le Capital*, Livre Troisième, Tome III, Ed. Sociales, Paris, 1960, p. 196 (citado por Roberto de Oliveira Campos, *Há bárbaros em busca da relíquia*, in *O Estado de S. Paulo*, 19 de março de 1968).

“O real demonstra-se, não se mostra”.

Gaston Bachelard (citado por Pierre Gréco, *Epistémologie de la Psychologie*, in *Logique et Connaissance Scientifique*, volume publié sous la direction de Jean Piaget, *Encyclopédie de la Pléiade*, Paris, 1967, p. 967).

“...uma ciência, longe de refletir os dados imediatos da experiência quotidiana e da prática quotidiana, só se constitui com a condição de pô-los em questão e de romper com êles, a tal ponto que os seus resultados, uma vez adquiridos, parecem mais o contrário das evidências da prática quotidiana do que o seu reflexo”.

Louis Althusser, *Marxismo, Ciência e Ideologia*, Ed. Sinal, São Paulo, 1967, pp. 23-24.

“A realidade não é realista”.

Eugène Ionesco, entrevista a *L'Express*, n.o 1004, Paris, 5-11 octobre 1970, p. 170.

Tôdas as Ciências passaram, num dado momento da sua história, por uma grande revolução epistemológica: a que as fez *saltar* do conhecimento sensível ao conhecimento inteligível.

Vejamos inicialmente os casos mais simples, ou talvez apenas os mais flagrantes:

*

a. — *A Astronomia.*

“Nos três estudos — Copérnico-Kepler-Borelli — que reuni neste volume, não tive a intenção de dar de nôvo a história da astronomia nos séculos XVI e XVII — de Copérnico a Newton — mas somente a história da revolução astronômica, isto é, a história da evolução e da transformação dos conceitos-chave com a ajuda dos quais a astronomia tenta ordenar ou *salvar* os fenômenos..., substituindo ao caos das aparências sensíveis uma realidade inteligível que a sustenta e que a explica”.

Alexandre Koyré, *La Révolution Astronomique (Copernic-Kepler-Borelli)*, Ed. Hermann, Paris, 1961, p. 9.

“E’ muito difícil nos dias de hoje, compreender e apreciar na sua grandeza efetiva, o esforço intelectual, a audácia e a coragem moral representadas pela obra de Copérnico. Para fazê-lo, ser-nos-ia preciso esquecer o desenvolvimento intelectual de alguns séculos; deveríamos esforçar-nos por voltar atrás, à certeza ingênua e confiante com a qual o senso comum aceita a evidência imediata da imobilidade da Terra e do movimento dos céus”.

Alexandre Koyré, *La Révolution Astronomique (Copernic-Kepler-Borelli)*, Ed. Hermann, Paris, 1961, p. 13.

Até ao aparecimento do *De Revolutionibus Orbium Coelestium* de Copérnico, em 1543, a Humanidade vivia sob o signo da concepção astronômica do *Almagesto* de Ptolomeu (século II). A Terra estava situada no centro do Mundo, a Terra era imóvel, e era o Sol que girava. Víamo-lo todos os dias — e vêmo-lo ainda hoje —, nascer de um lado, deslocar-se durante o dia, para acabar por desaparecer do outro lado. Nada de mais seguro. A concepção de Ptolomeu estava perfeitamente de acôrdo com o nosso conhecimento sensível. O senso comum não dava — e não nos dá ainda —, nada de diferente. Mas esta evidência do conhecimento sensível é ultrapassada por Copérnico no seu texto de 1543: o Sol está situado no centro, o centro do Mundo deixa de ser a Terra, a Terra move-se, a Terra gira...

“E’ por isto mesmo que nós não temos nenhuma vergonha em afirmar que tudo o que envolve a lua, assim como o centro da terra, é entre os outros planetas, arrastado por êste grande orbe à volta do sol numa revolução anual; e que êste está no centro do mundo; e que o sol ficando imóvel, tudo o que parece ser um movimento do sol, é, na verdade, um movimento da terra” (1).

Os nossos sentidos enganam-nos, a verdade está para além da intuição sensível, a verdade está, como que escondida, para além das aparências do sensível.

*

b. — *A Física.*

“A descoberta e o emprêgo do raciocínio científico por Galileu é uma das conquistas mais importantes da história do pensamento humano, e marca o comêço real da física. Esta descoberta ensinou-nos que não nos devemos fiar sempre nas conclusões intuitivas, baseadas na observação imediata, porque estas conduzem, às vêzes, a fios condutores enganadores”.

Albert Einstein, Leopold Infeld, *L’Evolution des Idées en Physique*, Ed. Flammarion, Paris, 1938, p. 11.

Somos tentados a reescrever o último período citado, de Einstein e Infeld, suprimindo-lhe a palavra *sempre* e a expressão às *vêzes*: “Esta descoberta ensinou-nos que não nos devemos fiar nas conclusões intuitivas, baseadas na observação imediata, porque estas conduzem a fios condutores enganadores”. Ou ainda, pleonásticamente, acrescentando a esta última versão a palavra *nunca*, e reintroduzindo a palavra *sempre*, ainda que diferentemente situada: “Esta descoberta ensinou-nos que não nos devemos fiar *nunca* nas conclusões intuitivas, baseadas na observação imediata, porque estas conduzem *sempre* a fios condutores enganadores”.

“A física aristotélica da escolástica tem como base a hipótese de que o universo da criança é o universo real; descreve-nos o

(1). — Copernic, *Des Révolutions des Orbes Célestes*, Introduction, Traduction et Notes de Alexandre Koyré, Lib. Félix Alcan, Paris, 1934, p. 112. — Ver ainda: Alexandre Koyré, *La Révolution Astronomique (Copernic-Kepler-Borelli)*, Ed. Hermann, Paris, 1961; Alexandre Koyré, *La Révolutions Copernicienne*, in *La Science Moderne (de 1450 à 1800)*, *Histoire Générale des Sciences*, publiée sous la direction de René Taton, Paris, P. U. F., 1958; Pierre Humbert, *L’Astronomie de la Renaissance à nos jours*, in *Histoire de la Science*, Encyclopédie de la Pléiade. Volume publié sous la direction de Maurice Daumas. Paris, 1957; Paul Couderc, *Les Etapes de l’Astronomie*, Col. Que sais-je?, Paris, P. U. F., 1955.

que o universo seria se as nossas impressões sensíveis e afetivas fôsem coisas, consagra e estabiliza definitivamente o êrro dos nossos primeiros anos supondo a existência de formas ou de qualidades reais, que não são mais do que as impressões confusas da nossa inteligência, nomeadas, descritas, e classificadas como se fôsem realidades”.

Etienne Gilson, *Études sur le rôle de la pensée médiévale dans la formation du système cartésien*, Ed. Vrin, Paris, 1930, p. 170.

“A física qualitativa considerava como o real a percepção imediata. Seguindo a expressão de Brunschvicg, poderemos dizer que o mecanismo substitui a êste real *sentido* um real *pensado*”.

Robert Lenoble, *La Révolution Scientifique du XVIIIe. siècle*, in *La Science Moderne (de 1450 à 1800)*, *Histoire Générale des Sciences*, publiée sous la direction de René Taton, Tome II, Paris, P.U.F., 1958, p. 199.

“Sem dúvida, Galileu sabia observar, e as suas célebres observações do céu com a ajuda da luneta foram o primeiro golpe sério dado à cosmologia e à física de Aristóteles. Mas isto diz respeito à astronomia descritiva. Nas suas especulações mecânicas e físicas, o raciocínio ocupa um lugar mais importante do que o apêlo direto aos fatos, e é êle que é decisivo. Notou-se muitas vêzes que a aquisição do princípio da inércia, fundamento da mecânica moderna e, através dela, da interpretação mecânica da natureza, não podia repousar na simples observação, nem mesmo numa experimentação qualquer. Pensemos no tempo e no esforço que foram precisos para ultrapassar, pouco a pouco, as sugestões contrárias à experiência imediata”.

Robert Blanché, *La Méthode Expérimentale et la Philosophie de la Physique*, Ed. A. Colin, Collection U2, Paris, 1969, p. 9.

Até ao aparecimento dos *Discorsi* de Galileu, em 1638, a Humanidade vivia sob o signo da física qualitativa aristotélica, dominadora até ao Renascimento, e não substituída durante êste período, vazio de tôda a ontologia. Tomemos a concepção do movimento, concepção-chave na interpretação da realidade física. Para Aristóteles (384 a. C. — 322 a. C.) — simplificando talvez um pouco, mas sem deformar o seu pensamento —, o repouso era o estado natural. O movimento era uma violência...

“Todo o corpo em movimento pára quando a fôrça que o impulsiona deixa de agir de maneira a impulsioná-lo”.

Nada de mais seguro. A concepção de Aristóteles estava perfeitamente de acôrdo com o nosso conhecimento sensível. O senso comum não dava — e não nos dá ainda —, nada de diferente. Mas

esta evidência do conhecimento sensível é ultrapassada por Galileu no seu texto de 1638. Galileu nota que um corpo em movimento para cada vez mais longe, à medida que a superfície sobre a qual êle se desloca é mais lisa. A medida que o atrito diminui. E, se fôsse possível fazer desaparecer totalmente o atrito, o corpo em movimento não pararia mais. E' êste raciocínio, é esta experiência idealizada que nunca poderá ser realizada, que nos dará, um pouco mais tarde, com Newton, aquilo a que chamámos depois, a *Lei da Inércia*:

“Todo o corpo fica no seu estado de repouso ou de movimento uniforme em linha reta, salvo se fôr obrigado a mudar dêste estado pela ação de forças que ajam sobre êle” (2).

Os nossos sentidos enganam-nos, a verdade está para além da intuição sensível, a verdade está, como que escondida, para além das aparências do sensível.

Depois da Astronomia e da Física, os casos indiscutivelmente mais flagrantes, vejamos...

*

c. — *A Psicologia.*

“...Marx ensinou que a ciência social não se constrói no plano dos acontecimentos, tal como não se constrói a física a partir dos dados da sensibilidade: o objetivo é a construção de um modelo, o estudo das suas propriedades e as suas diferentes maneiras de reagir no laboratório, para aplicar em seguida estas observações à interpretação do que se passa empiricamente. Num nível diferente da realidade, o marxismo parecia-me proceder da mesma maneira que a geologia e a psicanálise entendida no sentido que lhe tinha dado o seu fundador: todos os três demonstram que com-

(2). — *Principia Mathematica* (1687). Ver, Isaac Newton, *Selección*, ordenada e traducida por E. Garcia de Zuniga y J. Novo Cerro (Segunda Edición), Colección Austral, Buenos Aires-México, 1945. Ver ainda: Albert Einstein et Leopold Infeld, *L'Evolution des Idées en Physique*. Ed. Flammarion, Paris, 1938; Alexandre Koyré, *Etudes Galiléennes*, 3 Volumes, Ed. Hermann, Paris, 1939; Robert Lenoble, *Marsenne ou la naissance du mécanisme*, Ed. Vrin, Paris, 1943; Robert Lenoble, *Origines de la pensée scientifique moderne*, in *Histoire de la Science*, Encyclopédie de la Pléiade, Volume publié sous la direction de Maurice Daumas, Paris, 1957; Robert Lenoble, *La Révolution Scientifique du XVIIe. Siècle*, in *La Science Moderne (de 1450 à 1800)*, *Histoire Générale des Sciences* publiée sous la direction de René Taton, Paris, P. U. F., 1958; Robert Blanché, *La Méthode Expérimentale et la Philosophie de la Physique*, Ed. A. Colin, Collection U2, Paris, 1969.

prender consiste em reduzir um tipo de realidade a um outro; que a realidade verdadeira não é nunca a mais manifesta; e que a natureza do verdadeiro transparece já no cuidado que êle tem em se disfarçar. Em todos os casos o mesmo problema se põe, que é o da relação entre o sensível e o racional, e o objetivo procurado é o mesmo: uma espécie de *super-racionalismo* que visa integrar o primeiro no segundo sem nada sacrificar das suas propriedades”.

Claude Lévi Strauss, *Tristes Tropiques*, Ed. Plon, Paris, 1955, pp. 42-46.

Até ao aparecimento dos estudos de Freud, especialmente dos estudos sobre *O Inconsciente — Das Unbewusste* — de 1915, podemos dizer que a psicologia era uma psicologia do consciente. Quer se tratasse dos filósofos ou dos psicólogos, quer se tratasse das diferentes escolas psicológicas, os fenômenos psíquicos não tinham sido considerados senão sob o ângulo da consciência. Todo o fenômeno psíquico era consciente por natureza. Tudo o que estava para além da consciência estava fora da psicologia, era assimilado a um simples reflexo orgânico (3). Nada de mais seguro. Os filósofos e os psicólogos estavam perfeitamente de acordo com o nosso conhecimento sensível. O senso comum não dava — e não nos dá ainda —, nada de diferente. Mas esta evidência do conhecimento sensível é ultrapassada por Freud desde os primeiros anos do nosso século, e de uma maneira clara e consciente desde os seus textos de 1915:

“Contestam-nos de todos os lados o direito de admitir um psíquico inconsciente e de trabalhar cientificamente com esta hipótese. Podemos responder que esta hipótese é *necessária e legítima*, e que temos muitas *provas* da existência do inconsciente. Esta hipótese é necessária porque os dados da consciência estão cheios de lacunas; tanto entre os anormais como entre os doentes, obser-

(3). — Ver especialmente: Edgar Pesch, *Pour connaître la pensée de Freud*, Ed. Bordas, Paris, 1960. Ver ainda: Sigmund Freud, *Trois essais sur la théorie de la sexualité*, Ed. Gallimard, Col. Idées, Paris, 1963; Lucien Daumas, *La Psychologie de la fin du Moyen-Âge au début de XXe. siècle*, in *Histoire de la Science*, Encyclopédie de la Pléiade, Volume publié sous la direction de Maurice Daumas, Paris, 1957; François Le Terrier et Gilbert Simondon, *La Psychologie Moderne*, in *Histoire de la Science*, Encyclopédie de la Pléiade, Volume publié sous la direction de Maurice Daumas, Paris, 1957; Maurice Reuchlin, *Histoire de la Psychologie*, Col. Que sais-je?, Paris, P. U. F., 1963; Jean-C. Filloux, *O Inconsciente*, Col. Saber Atual, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 2a. ed., 1960; Daniel Lagache, *A Psicanálise*, Col. Saber Atual, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 2a. ed., 1961; S. Nacht, *Traité de Psychanalyse. I. Histoire*, sous le direction de ..., Paris, P. U. F., 1965.

vamos muitas vezes atos psíquicos que, para serem compreendidos, pressupõem outros atos sôbre os quais, entretanto, o consciente nada pode testemunhar. Não nos ocupamos sômente aqui dos atos falhados, dos sonhos feitos pelos normais, de tudo a que chamamos sintomas psíquicos e fenômenos obsessivos nos doentes, mas a nossa experiência quotidiana e pessoal põe-nos em presença de idéias cuja origem nos é desconhecida, e de resultados de pensamento cuja elaboração é para nós misteriosa. Todos êstes atos conscientes são incoerentes e incompreensíveis se nos obstinamos na pretensão de que é necessário compreender pela consciência tudo o que se passa em nós de atos psíquicos; os atos psíquicos ordenam-se num conjunto de que podemos mostrar a coerência, se interpolamos os atos inconscientes a que nos referimos. Assim, encontramos neste ganho de sentido e de coerência uma razão, plenamente justificada, para saltar para além da experiência imediata” (4).

“...o consciente não abraça a cada instante, senão um fraco conteúdo, de tal maneira que a maior parte do que nós chamamos conhecimento consciente, deve, na maior parte das vezes, encontrar-se em estado de latência, isto é, de inconsciente psíquico...” (5).

“...os processos psíquicos são êles mesmos inconscientes e..., a sua percepção pela consciência é comparável à percepção do mundo exterior pelos órgãos dos sentidos...” (6).

E Freud, com um otimismo talvez exagerado, vai até ao fim, quando escreve:

“Tal como o físico, o psíquico não é, necessariamente, na realidade, tal como nos aparece. No entanto, teremos prazer em descobrir que é menos difícil corrigir a percepção e a antiga: Sigmund Freud, *Métapsychologie*, traduit de l'allemand par Marie Bonaparte et Anne Beriman, Sd. Gallimard, 10a. éd., Paris, 1952. Ver ainda: *La Conscience & l'Inconscient*, textes choisis et présentés par Jean Brun, textes et documents philosophiques, collection dirigée par C. Canguilhem, Ed. Classiques Hachette, Paris, 1954.

(4). — Sigmund Freud, *Métapsychologie*, traduit de l'allemand par Jean Laplanche et J.-B. Pontalis, Ed. Gallimard, Col. Idées, Paris, 1968, ps. 66-67. O nosso texto é um compromisso entre esta recente edição e a antiga: Sigmund Freud, *Métapsychologie*, traduit de l'allemand par Marie Bonaparte et Anne Beriman, Sd. Gallimard, 10a. éd., Paris, 1952. Ver ainda: *La Conscience & l'Inconscient*, textes choisis et présentés par Jean Brun, textes et documents philosophiques, collection dirigée par C. Canguilhem, Ed. Classiques Hachette, Paris, 1954.

(5). — *Ibidem*, p. 67 .

(6). — *Ibidem*, ps. 73-74.

(7). — *Ibidem*, p. 74.

Assim, encontramos neste ganho de sentido e de coerência uma razão, plenamente justificada, para saltar para além da experiência imediata, escreveu Freud . . .

Tal como o físico, o psíquico não é, necessariamente, na realidade, tal como nos aparece, escreveu ainda Freud . . .

Mais uma vez os nossos sentidos nos enganam, a verdade está para além da intuição sensível, a verdade está, como que escondida, para além das aparências do sensível.

Vímos os casos da *Astronomia*, da *Física*, da *Psicologia* . . .

E a *Química*? A *Biologia*? A *Matemática*?

E' nossa mais profunda convicção que a revolução epistemológica que surpreendemos na história da *Astronomia*, na história da *Física*, na história da *Psicologia*, é também possível de ser surpreendida na história da *Química*, na história da *Biologia*, na história da *Matemática*, embora os seus casos sejam menos simples, ou talvez apenas menos flagrantes . . .

*

d. — *A Química*.

E' nossa convicção que a revolução epistemológica na história da *Química* se dá com o nascimento da *Química dos gases*, ou seja, com a obra de Lavoisier, o *Tratado Elementar de Química — Traité Élémentaire de Chimie* —, de 1789 (8).

Vejamos agora,

*

e. — *A Biologia*.

No caso da *Biologia* temos, por um lado o *fixismo criacionista* do Primeiro Capítulo do *Gênesis da Bíblia*, e por outro o *transformismo*, com Lamarck, Geoffroy Sainnt-Hilaire, e sobretudo com Darwin, e com a sua célebre obra sobre *A Origem das Espécies* . . .

(8). — Ver: Maurice Daumas, *Lavoisier — Théoricien et Expérimentateur*, P. U. F., Paris, 1955; Maurice Daumas, *Naissance de la Chimie Moderne*, in *Histoire Générale des Sciences* publiée sous la direction de René Taton, Tome II: *La Science Moderne (de 1450 à 1800)*, P. U. F., Paris, 1958; Maurice Daumas (sous la direction de . . .), *Histoire de la Science*, Encyclopédie de la Pléiade, Paris, 1957; Aldo Mieli, *Lavoisier y la formación de la química moderna*, Espasa-Calpe, Argentina, Colección Austral, 1944.

— *The Origin of Species by Means of Natural Selection* —, de 1859. O *Gênesis da Bíblia* dá-nos aquilo que apreendemos com os nossos sentidos: o fixismo criacionista, afinal uma Biologia do sensível. Darwin n' *A Origem das Espécies* . . . dá-nos uma Biologia do inteligível. A ninguém foi dado surpreender com os seus próprios olhos a evolução das espécies (9).

Vejamos finalmente,

*

f. — *A Matemática*.

Para o caso da Matemática lembramos a revolução que constituiu o aparecimento do zero, do nada. . . Lembramos ainda o bêco sem saída criado pelo teorema de Pitágoras, a raiz quadrada de dois, que conduziu à grande revolução dos números incomensuráveis, à grande revolução dos números irracionais. . . (10).

Sôbre o aparecimento do zero há quem tenha escrito:

“A criação de um símbolo para representar o *nada* constituiu um dos atos mais audazes do pensamento, uma das maiores aventuras da razão” (11).

Sôbre os irracionais escreveu Abel Rey:

“Esta teoria dos irracionais é essencial à matemática. Foi ela que fez da matemática verdadeiramente uma ciência, porque, limitada aos números inteiros e fracionários, tal como existiu até ao Pitagorismo e à descoberta, não de uma medida, por mais aproximada que fôsse, mas da irracionalidade da $\sqrt{2}$, a matemática não

(9). — Ver: Jean Rostand, *Esquisse d'une histoire de la Biologie*, Gallimard, Col. Idées, Paris, 1945; André Cresson, *Darwin*, P. U. F., Paris, 1956; Jean Théodoridès, *Histoire de la Biologie*, Col. Que sais-je?, P. U. F., Paris, 1965; Darwin, *Théorie de l'Evolution*, Textes choisis par Yvette Conry, P. U. F., Paris, 1969.

(10). — Ver: René Taton, *Histoire du Calcul*, Col. Que sais-je?, P. U. F., Paris, 1961; Marcel Boll, *As Etapas da Matemática*, Col. Saber, Publicações Europa-América, 2a. ed., Lisboa, 1961; Lucien Godeaux, *As Geometrias*, Col. Saber, Publicações Europa-América, Lisboa, 1960; Oskar Becker, *O Pensamento Matemático*, Ed. Herder, São Paulo, 1965; Bento de Jesus Caraça, *Conceitos Fundamentais da Matemática*, Lisboa, 1963; Jean T. Desanti, *Une crise de développement exemplaire-La “découverte” des irrationnels*, in *Logique et Connaissance Scientifique*, Volume publié sous la direction de Jean Piaget, Encyclopédie de la Pléiade, Paris, 1967.

(11). — Bento de Jesus Caraça, *Conceitos Fundamentais da Matemática*, Lisboa, 1963, p. 6. Bento de Jesus Caraça transcreve neste texto palavras de J. Pelseneer, *Esquisse du progrès de la pensée mathématique*.

era mais do que uma métrica: arte do cálculo e da geometria calculante — agrimensura e medida das superfícies e dos volumes” (12).

*

g. — *A classificação das Ciências, Auguste Comte, a Ciência e a pré-Ciência.*

Chegamos assim a uma ordenação, ou classificação, das Ciências que começa com a Matemática, passa à Astronomia, à Física, à Química, à Biologia, à Psicologia...

Auguste Comte (13) ordena na sua classificação das Ciências: Matemática, Astronomia, Física, Química, Biologia, e Sociologia.

Para Comte a Psicologia,

“... não forma uma ciência independente. É muito simplesmente o estudo das funções do cérebro, estudo que faz parte da Biologia e constitui um dos seus mais importantes capítulos” (14).

Para nós a Psicologia é *uma Ciência independente*. Por um lado, com uma suficiente autonomia da Biologia — a contrariar Auguste Comte; por outro, com uma suficiente autonomia da Sociologia — a contrariar, não Auguste Comte, mas alguns outros, os adeptos de uma Psicologia Social “imperialista” que se confundiria com a Sociologia (15).

Para Auguste Comte a hierarquia dos conhecimentos ordena-se de acordo com a simplicidade e generalidade decrescentes, e a dependência crescente dos fenômenos estudados (16). Para nós, a hierarquia os conhecimentos, ou das Ciências, ordena-se de acordo com a cronologia da revolução epistemológica que as faz saltar de um estágio que tem como base uma epistemologia do sensível a um estágio que tem como base uma epistemologia do inteligível. Ao primeiro, chamaremos estágio pré-científico. Ao segundo, chamaremos estágio

(12). — *L'apogée de la Science Technique Grecque (Les Sciences de la Nature et de l'Homme—Les Mathématiques d'Hippocrate à Platon)*, La Science dans l'Antiquité, L'Evolution de l'Humanité, Ed. Albin Michel, Paris, 1946, p. 208.

(13). — *Auguste Comte, sa vie, son oeuvre, avec un exposé de sa philosophie* par André Cresson, P. U. F., Paris, 1957.

(14). — *Ibidem*, p. 30.

(15). — Ver: Armand Cuvillier, *Introduction à la Sociologie*, A. Colin, Collection U2, Paris, 1967, ps. 37-47; Armand Cuvillier, *Manuel de Sociologie*, Tome I, P. U. F., Paris, 1967, ps. 112-139.

(16). — *Auguste Comte, sa vie, son oeuvre, avec un exposé de sa philosophie* par André Cresson, P. U. F., Paris, 1957, p. 99.

científico. Assim, a Matemática foi uma pré-Ciência até ao aparecimento do zero, ou até ao bêco sem saída criado pe'o teorema de Pitágoras que levaria aos irracionais, aos incomensuráveis. A Astronomia foi uma pré-Ciência enquanto viveu sob o signo do *Almagesto* de Ptolomeu; passou ao estádio de Ciência a partir de 1543, com o aparecimento do *De Revolutionibus Orbium Coelestium* de Copérnico. A Física foi uma pré-Ciência enquanto viveu sob o signo de Aristóteles; passou ao estádio de Ciência a partir de 1638, com os *Discorsi* de Galileu. A Química foi uma pré-Ciência até ao aparecimento da Química dos gases, em 1789, com o *Traité Elémentaire de Chimie* de Lavoisier. A Biologia foi uma pré-Ciência enquanto viveu sob o signo do *Gênesis* da *Bíblia*; passou ao estádio de Ciência a partir da obra de Lamarck, da obra de Geoffroy Saint-Hilaire, e seguramente a partir de 1859 com *The Origin of Species...* de Darwin. A Psicologia foi uma pré-Ciência enquanto foi apenas uma Psicologia do Consciente; passou ao estádio de Ciência a partir da criação de uma Psicologia do Inconsciente com as obras de Breuer, Charcot, Pierre Janet, e seguramente a partir dos primeiros anos do nosso século, explícita e conscientemente a partir de 1915, com os estudos sôbre *O Inconsciente* — *Das Unbewusste* — de Sigmund Freud.

*

- h. — *Louis Althusser; a "ruptura epistemológica" ou a "revolução epistemológica"; Marx, a Ciência da História, as filosofias da história, e a "histoire événementielle", a Crônica; as Matemáticas e a Física; a Química, a Biologia e a Psicologia; as rupturas epistemológicas "continuadas" ou os "espaços de ruptura"; o sensível e o inteligível, a Ciência e as Ciências.*

Em publicação recente (17), Louis Althusser chega a conclusões que, parece-nos, se aproximam das nossas. Vejamos, de um mais longo texto, as linhas que, neste momento, julgamos mais significativas:

"A revolução teórica que anuncia a Tese XI está, na realidade, ligada à fundação de uma nova ciência. Servindo-nos de um conceito de Bachelard, cremos poder pensar o acontecimento teórico que inaugura esta nova ciência como uma "ruptura epistemológica". — Marx funda uma nova ciência, isto é, elabora um sistema

(17). — *Lénine et la Philosophie*, François Maspero, Paris, 1969.

de conceitos científicos novos, num domínio em que antes prevaleciam noções ideológicas. Marx funda a ciência da história, onde não existiam mais do que filosofias da história.....

Se consideramos ... as grandes descobertas científicas da história humana, parece-nos poder referir aquilo a que chamamos *as ciências*, como outras tantas formações regionais, daquilo a que chamaremos os grandes continentes teóricos

... antes de Marx, só dois grandes continentes tinham sido abertos ao conhecimento científico por rupturas epistemológicas continuadas: o *continente Matemáticas* com os Gregos (por Tales ou aqueles que o mito dêste nome designa) e o *continente Físico* (por Galileu e seus sucessores). Uma ciência como a química, fundada pela ruptura epistemológica de Lavoisier, é uma ciência regional do continente físico: toda a gente sabe agora que é este continente que ela pertence. Uma ciência como a biologia, que acaba de pôr fim, somente há uma dezena de anos, à primeira fase da sua ruptura epistemológica, inaugurada por Darwin e Mendel, integrando-se na química molecular, entra também no continente físico. A Lógica, na sua forma moderna, entra no continente matemático, etc. E' verosímil, em contrapartida, que a descoberta de Freud abra um novo continente, que começamos agora a explorar.....

Marx abriu ao conhecimento científico, o continente História,.....
....." (18).

Vejamos, de um mais longo texto de Althusser, as linhas que, neste momento, julgamos mais significativas...

Althusser, e não pela primeira vez (19), parte do conceito de *ruptura epistemológica*, devido a Bachelard. Poderemos dizer que este mesmo conceito foi por nós expresso por outras palavras: *revolução epistemológica*. Esta uma coincidência, expressa apenas por palavras diferentes...

"Marx funda uma nova ciência, isto é, elabora um sistema de conceitos científicos novos, num domínio em que antes prevaleciam noções ideológicas. Marx funda a ciência da história, onde não existiam mais do que filosofias da história".

(18). — *Ibidem*, ps. 23-25.

(19). — Ver, como exemplo: *Pour Marx*, François Maspero, Paris, 1966, p. 24.

Marx funda a ciência da história, onde não existiam mais do que filosofias da história... Mais do que filosofias da história? Lembremos aqui palavras de Roger Garaudy que completam Althusser e exprimem melhor o que nós pensamos:

“O materialismo histórico permite-nos ... escapar ao empirismo de uma história puramente *événementielle*, e à especulação idealista e teológica das filosofias da história” (20).

O materialismo histórico, a ciência da História, criada por Marx, ultrapassaria a História *événementielle*, a Crônica, e tornaria *inúteis* as especulações ideológicas e teológicas das “filosofias da história”. Não nos tinha já dito Lévi-Strauss, para o caso da História *événementielle*, da Crônica, que

“... Marx ensinou que a ciência social não se constrói no plano dos acontecimentos, tal como não se constrói a física a partir dos dados da sensibilidade...” (21).

Ainda depois, Althusser fala-nos das *formações regionais* e dos grandes *continentes teóricos*, para concluir que

“antes de Marx, só dois grandes continentes tinham sido abertos ao conhecimento científico por rupturas epistemológicas continuadas: o *continente Matemáticas* com os Gregos (por Tales ou aqueles que o mito deste nome designa) e o *continente Físico* (por Galileu e seus sucessores)”.

O nosso acôrdo é total para a Física. Althusser cita *Galileu e seus sucessores*. Nós citámos Galileu, e Newton com a *Lei da Inércia*. Um desencôntro, entretanto, pode ser notado em relação às Matemáticas: Althusser menciona Tales, *ou aqueles que o mito dêste nome designa*; nós mencionámos o aparecimento do zero, ou o bêco sem saída criado pelo teorema de Pitágoras, que levou aos incomensuráveis, aos irracionais. E parece-nos, entretanto, sermos nós a estarmos do lado da razão, não nos atrevendo embora a afirmá-lo categoricamente: a nossa dúvida entre o aparecimento do zero e os incomensuráveis, os irracionais, é a prova mais concludente da nossa insegurança em relação a êste ponto.

Althusser fala-nos depois de Lavoisier para a Química, de Darwin e Mendel para a Biologia, em ciências que para êle pertencem ao continente teórico da Física. A coincidência existe com o nome de La-

(20). — *Karl Marx*, Ed. Seghers, Paris, 1964, p. 105.

(21). — *Tristes Tropiques*, Ed. Plon, Paris, 1955, p. 42.

voisier: aceitamos Lavoisier, e aceitamos a Química como uma formação regional que faz, em última instância, parte do continente físico. Outro tanto poderemos talvez também dizer para a Biologia, e para Darwin e Mendel. No nosso quadro aparecem os nomes de Lamarck, Geoffroy Saint-Hilaire, Darwin. E porque não todos êstes nomes, mais Mendel, e ainda alguns outros? De Freud aceita Althusser a formação de um nôvo continente, e um nôvo ao qual — diremos nós —, estão ligados outros nomes, como o de Breuer, o de Charcot, o de Pierre Janet. E finalmente Marx que abriu ao conhecimento científico o continente História. . . Ainda aqui não discordamos, se bem que o nosso pensamento nos leve mais longe, como veremos na parte final dêste estudo, em aspecto ligado ao seu objetivo fundamental: a tentativa metodológica de uma nova história do pensamento. . .

Entretanto, e paradoxalmente ligada à citação exclusiva do nome de Marx para a formação do continente História, notamos no texto de Althusser uma idéia que é também nossa. Vejamos:

“... antes de Marx, só dois grandes continentes tinham sido abertos ao conhecimento científico por rupturas epistemológicas *continuadas*:...”.

Sublinhámos a palavra *continuadas*, e isto pelo fato de pensarmos que existiu sempre o que poderemos chamar um *espaço de ruptura*, um espaço de ruptura em que um, ou alguns, poucos polos — veremos na parte final dêste estudo claramente o que por tal entendemos — foram mais salientes que outros, o que não quer dizer que outros não tenham existido. Assim, Lavoisier terá sido o polo mais saliente na história da Química; Copérnico na história da Astronomia, sem que por isso tenha deixado de existir Kepler e outros; Galileu na história da Física, sem que por isso tenha deixado de existir Newton e outros; Darwin na história da Biologia, sem que por isso tenham deixado de existir Lamarck, Geoffroy Saint-Hilaire e outros; Freud na história da Psicologia, sem que por isso tenham deixado de existir Breuer, Charcot, Pierre Janet e outros. Enfim, Marx na história da História, sem que por isso tenham deixado de existir e existam muitos outros: os que lhe são posteriores e os que lhes são anteriores. . .

O texto de Althusser até agora em discussão, e que tanto nos interessou e interessa, só não nos surpreendeu completamente porque o autor e coordenador de *Lire le Capital* já nos tinha dado um primeiro esboço destas idéias nalgumas linhas do *Prefácio* à tradução em língua portuguesa do seu *Pour Marx* (22).

(22). — “Essas duas intervenções fazem surgir, para além do pormenor dos argumentos, análises de textos e discussões teóricas, uma grande oposição: a que

Antes de deixarmos o texto de Althusser, que tanto nos interessou e interessa, como acabamos de dizer, vejamos um aspecto que nos parece fulcral, e que não está claro, ou pelo menos não está explícito, no seu pensamento.

Quando Althusser nos fala da criação da nova ciência, a História, fala-nos de uma *ruptura epistemológica* que é explicitada pelas seguintes palavras:

“Marx funda uma nova ciência, isto é, elabora um sistema de conceitos científicos novos, num domínio em que antes prevaleciam noções ideológicas”.

Onde está aqui claro, explícito, o tipo de ruptura epistemológica? Sinceramente não o vemos. Será suficiente dizer que *Marx . . . elabora um sistema de conceitos científicos novos . . .*? Não nos parecem suficientes estas poucas palavras para definir a tão falada ruptura epistemológica . . . Qual o novo quadro epistemológico que surge da ruptura? Esses *conceitos científicos novos* entram em que novo quadro epistemológico? Althusser não o diz, muito embora noutros textos e noutro trabalho não se esqueça de chamar a atenção para a ruptura epistemológica em que nós insistimos, aquela que conduziu todos os ramos do conhecimento, todas as Ciências, de uma epistemologia com base no conhecimento sensível a uma epistemologia com base no conhecimento inteligível. Assim, Althusser não se esqueceu no seu breve e excelente estudo sobre *Marxismo, Ciência e Ideologia* (23), no capítulo sobre a *Natureza de uma Ciência, Constituição de uma Ciência, Desenvolvimento de uma Ciência, Investigação Científica* (24), dêste ponto, desta ruptura, desta revolução, que nos parece fulcral,

separa a ciência da ideologia, mais precisamente, a que separa uma ciência nova em curso de se constituir das ideologias pré-científicas que ocupavam o *terreno* em que ela se estabeleceu. — Essa oposição entre a ciência e a ideologia, assim como a noção de *cesura epistemológica* que serve para meditar sobre o carácter histórico dessa oposição, retornam a uma tese que, sempre presente e subentendida nessas análises, não está, entretanto, explicitamente desenvolvida: a tese de que a descoberta de Marx é uma descoberta científica sem precedentes na História. — Com efeito, em conformidade com a tradição constantemente retomada pelos clássicos do marxismo, podemos afirmar que Marx fundou uma nova *ciência*: a ciência da história das *formações sociais*. Mais precisamente, eu diria que *Marx abriu* ao conhecimento científico um novo continente — o da História —, assim como Tales de Mileto abriu ao conhecimento científico o *continente* da Matemática e Galileu abriu ao conhecimento científico o *continente* da natureza física” (Prefácio à edição brasileira de *Pour Marx*, livro que apareceu nesta editora sob o título: *Análise Crítica da Teoria Marxista*, Zahar Editores, 1968. Este Prefácio, com o título *Aos Leitores Brasileiros*, foi publicado também na *Revista Civilização Brasileira*, nº 16, Rio de Janeiro, novembro-dezembro de 1967).

(23). — Ed. Sinal, São Paulo, 1967.

(24). — *Ibidem*, ps. 22-32.

fundamental. Cita um texto de Marx, de 1865, do estudo *Salários, Preços e Lucros*, em que se pode ler:

“As verdades científicas são sempre paradoxais se raciocinamos fundando-nos na experiência quotidiana, a qual não apreende senão a aparência enganadora das coisas” (25).

E é ainda em texto dêste estudo, e do próprio Althusser, que podemos ler:

“... uma ciência, longe de reflectir os dados imediatos da experiência quotidiana e da prática quotidiana, só se constitui com a condição de pô-los em questão e de romper com êles, a tal ponto que os seus resultados, uma vez adquiridos, parecem mais o *contrário* das evidências da prática quotidiana do que o seu reflexo” (26).

Textos, afinal já por nós citados, logo no começo dêste nosso estudo... Althusser assim fala quando se ocupa da Ciência em geral, esquecendo-se de assim falar — ou na melhor hipótese, de ser explícito —, quando se ocupa das Ciências em particular... Mas deixemos êste confrônto com o pensamento de Althusser, e prossigamos. Vejamos aquilo a que poderemos chamar...

*

i. — *Uma convergência significativa.*

Não abandonemos, entretanto, aquilo a que chamámos a revolução epistemológica que, em épocas diferentes, transportou tôdas as Ciências de uma epistemologia com base no conhecimento sensível para uma epistemologia com base no conhecimento inteligível. Trata-se, na verdade, sim ou não, de uma revolução, de uma ruptura, fundamental na história das Ciências? Quer-nos parecer que sim, pois ela é posta, bem claramente, como vimos em textos já citados, seja para a Ciência em geral, seja para uma qualquer Ciência em particular, por tôda uma gama de cientistas ou filósofos que vão desde Marx a Althusser ou a Lucien Goldmann (27), passando por Einstein e Infeld, Brunschvicg, Gaston Bachelard, Alexandre Koyré, Robert Lenoble,

(25). — *Ibidem*, p. 24. — Karl Marx, *Travail salarié et Capital suivi de salaire, prix et profit*, Ed. Sociales, Paris, 1968, p. 89.

(26). — *Ibidem*, ps. 23-24 do estudo de Althusser.

(27). — Adiantamos aqui um texto que verdadeiramente só entra no contexto dêste nosso estudo, na sua parte final: “Trata-se, no estudo científico da vida cultural, de uma mutação *radical*, semelhante àquelas que outrora permitiram a cons-

Etienne Gilson, Georg Lukács (28), Lévi-Strauss, Robert Blanché, seguramente outros mais, e o próprio Freud... Pensadores de raízes tão diferentes, encontram-se... A convergência é significativa, senão mesmo decisiva...

*

j. — *Ainda a classificação das Ciências.*

Dissémos atrás que, para Auguste Comte, a hierarquia dos conhecimentos se ordenava de acôrdo com a simplicidade e generalidade decrescentes, e a dependência crescente dos fenômenos estudados. Para nós, a hierarquia dos conhecimentos, ou das Ciências, ordena-se de acôrdo com a cronologia da revolução — ou ruptura, como lhe chamou Bachelard e lhe chama Althusser — epistemológica que as fez, ou faz, saltar de um estágio que tem como base uma epistemologia do sensível a um estágio que tem como base uma epistemologia do inteligível.

Finalmente, embora o nosso critério divirja, pelo menos formalmente, do critério de Comte, a verdade é que chegamos, de ambos os lados, a uma ordenação dos conhecimentos, a uma ordenação das Ciências, cuja diferença não é muito pronunciada. De um lado, do lado de Auguste Comte: a *Matemática*, a *Astronomia*, a *Física*, a *Química*, a *Biologia*, a *Sociologia*. Do outro, do nosso, pela ordem cronológica da passagem daquilo a que chamamos o estágio de pré-Ciência ao estágio de Ciência: a *Matemática* (século VI a. C., se pensarmos nos Pitagóricos; primeiros séculos da era cristã, se pensarmos no aparecimento do zero), a *Astronomia* (século XVI), a *Física*

tituição das ciências positivas da natureza. — O que é que parecia, com efeito, mais absurdo do que afirmar a rotação da terra, ou o princípio da inércia, quando toda a gente podia certificar-se por uma experiência imediata e incontestável que a terra não se mexe, e que nunca uma pedra que se atira continua indefinidamente a sua trajetória? Que parecerá hoje mais absurdo do que a afirmação segundo a qual os verdadeiros agentes da criação cultural são os grupos sociais e não os indivíduos isolados quando uma experiência imediata e aparentemente incontestável nos diz que toda a obra cultural — literária, artística ou filosófica — tem um indivíduo como autor?" (*Pour une Sociologie du Roman*, Ed. Gallimard, Paris, 1964, p. 11).

(28). — Adiantamos aqui outro texto que verdadeiramente só entra no contexto deste nosso estudo, na sua parte final: "Até ao presente a teoria do conhecimento preocupou-se muito pouco com o pensamento vulgar quotidiano. E' essencial à atitude de toda a epistemologia burguesa, e antes de mais nada à idealista, remeter, por um lado, todas as questões genéticas do conhecimento para a antropologia, etc., e não estudar, por outro lado, mais do que os problemas das formas mais desenvolvidas e puras do conhecimento científico" (*Estética, I: Cuestiones previas y de principio*, Ed. Grijalbo, S. A., Barcelona-México, D. F., 1966, p. 33).

(século XVII), a *Química* (século XVIII), a *Biologia* (século XIX), a *Psicologia* (século XX) . . . E' que na verdade, muito lógicamente, a revolução epistemológica deu-se nos domínios mais simples para os mais complexos: *Matemática*, e depois, *Astronomia*, *Física*, *Química*, afinal os mais simples, aquêles em que o objecto de estudo são seres inanimados; depois, a *Biologia* em que a complexidade aumenta, isto é, o objeto de estudo são seres vivos; depois ainda, no nosso caso, a *Psicologia*, em que a complexidade aumenta ainda mais, isto é, o objeto de estudo não é apenas um ser vivo, mas um ser vivo e racional, com, pelo menos, um mínimo de capacidade de auto-determinação . . .

Enfim, Auguste Comte, não dando lugar à *Psicologia* como ciência independente, não lhe dando um estatuto de autonomia em relação à *Biologia*, transporta-nos diretamente da *Biologia* à *Sociologia*. Ora, na nossa ordenação — *Matemática*, *Astronomia*, *Física*, *Química*, *Biologia*, *Psicologia* — falta-nos a cúpula, isto é, a *Sociologia* como quer Auguste Comte, ou a *História*, como queremos nós.

Entretanto, esta preferência pela *História*, em detrimento da *Sociologia*, necessita de uma explicação que vamos dar da maneira que nos é mais comoda, ainda que talvez não o seja para o leitor. Assim, abramos como que um parêntese, e passemos a reproduzir, da maneira mais abreviada, ao longo de algumas páginas, uma palestra nossa, até já duplamente publicada, em São Paulo primeiro, e em Lisboa depois.

* *
*

2. — *Sobre História e Ciências Humanas* (29).

Passaram pouco mais de quatro anos que cheguei ao Brasil, a São Paulo, vindo da Europa, de França. Ao tomar contacto com a Universidade de São Paulo, com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (atualmente Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), fui surpreendido pelo menosprêzo pela *História*, pelas *Ciências Históricas*, entre a juventude. Oitocentos, novecentos, mil, candidatos ao vestibular em Ciências Sociais, sem emprêgo assegurado ao fim do

(29). — Redação da palestra proferida em 20 de março e em 3 de abril de 1968, no anfiteatro Fernand Braudel do Departamento de História, aos alunos do 1º ano do Curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (Cursos Diurno e Noturno), e publicada na revista *História Viva*, nº 1, São Paulo, agosto-setembro de 1968, sob o título: *História (Teoria e Prática) — I*. Este mesmo texto foi novamente publicado, em Lisboa, na revista *Seara Nova*, nº 1486, de agosto de 1969, sob o título: *Notas para uma Explicação de Portugal, I — Introdução, 1. Sobre História e Ciências Humanas*.

curso — a profissão de sociólogo não obteve ainda um completo direito de cidadania. Duzentos, trezentos candidatos ao Curso de História. (Este ano houve um aumento substancial no número de candidatos — mas será caso para sabermos quais as razões deste aumento. Não estarão elas apenas ligadas à existência de duzentas vagas em História, para cerca de metade em Ciências Sociais?) (30).

Para explicar este fato — a que chamámos menosprêzo pela História —, poderíamos ser levados a pensar que *a presença da história* é forçosamente maior em países com oito séculos de história, como os da Europa, do que em países com apenas quatro séculos de história, como os da América. Poderíamos até ser levados a pensar que um baiano tem mais o sentido da história do que um paulista. Mas parece-nos que a razão daqui'o a que chamei *menosprêzo pela História, pelas Ciências Históricas*, em favor das Ciências Sociais, das Ciências Humanas que não são a História, não é esta, não é pelo menos inteiramente esta. A razão deste menosprêzo e desta preferência parece-nos estar noutro lado. Para a juventude paulista — poderemos certamente dizer, para a juventude brasileira —, e seguramente para a juventude americana, a História, as Ciências Históricas, aparecem confundidas com a *tradição*, e a tradição aparece confundida com algo que se assemelha a *um pêso morto*.

Ora o Brasil é um país quase nas dimensões de um continente, e um país atrasado, um país em vias de desenvolvimento.

Nada de mais tocante e nobre do que a inquietação da juventude brasileira que quer com tôdas as suas fôrças — queimando se possível etapas —, colocar o Brasil no lugar a que tem direito, entre as grandes potências mundiais.

Ora parece-nos ser esta pressa da juventude brasileira — merecedora dos maiores elogios e da maior admiração — que a leva para as Ciências Humanas, para as Ciências Sociais, que não são a História, as Ciências Históricas. Esta pressa leva a juventude brasileira para a Economia. Leva a juventude brasileira para a Sociologia. A Economia, a Sociologia, surgem-lhe como ramos do conhecimento bem mais *operacionais* do que a História, as Ciências Históricas. A História surge-lhe como uma peça de museu, uma velharia de que há sobretudo que nos libertarmos... E entre os vários ramos, no exemplo da Sociologia, poderemos sem receio apostar que a preferência é dada à *Sociologia do Desenvolvimento*.

(30). — No presente ano, 1969, surpreendentemente, o número de candidatos ao vestibular em História subiu para um pouco mais de mil, cifra idêntica à de Ciências Sociais!... Subiu o prestígio da História? Ou haverá razões bem diferentes para explicar esta surpresa?

Um breve parêntese para contarmos o que conosco se passou há cêrca de um ano e que nos parece fortemente revelador. Uma jovem paulista que terminava o Curso de Ciências Sociais e pensava já na Especialização, disse-nos:

“... a minha preferência pessoal, as minhas tendências, levar-me-iam para a especialização em *Sociologia do Conhecimento*. Mas sentir-me-ia traindo, se não escolhesse um ramo da Sociologia mais diretamente operacional. Sentir-me-ia traindo o Brasil se no futuro não me dedicasse à *Sociologia do Desenvolvimento*...”.

Vejamos da razão ou da sem-razão dêste raciocínio: a preferência dada à *Sociologia do Desenvolvimento*. E vejâmo-la em consonância com o menosprêzo pela História, a que aludimos atrás.

O primeiro aparente paradoxo que deveremos ter em conta é que os estudos sôbre o *desenvolvimento* estão — ou devem estar — penetrados de História. A própria noção de desenvolvimento está ligada à noção de tempo, à noção de evolução.

O segundo aparente paradoxo que deveremos ter em conta é que a primeira e indispensável condição para nos libertarmos da *história*, do passado, está precisamente no estudo da *História*, no conhecimento do *passado*.

As Ciências Sociais, as Ciências Humanas, que são a *História*, sejam elas a *Economia* ou a *Sociologia*, não podem dispensar a variável *tempo*. Não podem subtrair-se à variável *tempo*. Elas *serão necessariamente históricas, se quiserem ser Ciências*. A História está em tôdas. A História penetra-as a tôdas. Não foi certamente por acaso que um célebre pensador do século XIX, Engels, escreveu um dia:

... são históricas tôdas as ciências que não são ciências da natureza...” (31).

Não é também certamente por acaso que um dos maiores historiadores do nosso tempo, Fernand Braudel, anuncia para breve um livro com um título bem significativo: *L'Histoire, Science des Sciences de l'Homme* (*A História, Ciência das Ciências do Homem*) (32).

A *História, Ciência das Ciências do Homem*, é uma fórmula que nos leva a pensar na História como se ela fôsse a Ciência Fundamental, entre o amplo e variado complexo das Ciências Sociais. A História

(31). — F. Engels, *A Contribuição à Crítica da Economia Política de K. Marx*, in *Etudes Philosophiques de K. Marx et F. Engels*, Ed. Sociales, Paris, 1961, p. 105.

(32). — A sair na *Nouvelle Bibliothèque Scientifique dirigée par Fernand Braudel*, Flammarion, Paris.

estaria para as restantes Ciências Sociais, como a Física Teórica está para a Física Experimental que por sua vez se prolonga na tecnologia, na engenharia. Daqui o caráter aparentemente supérfluo, gratuito, que assume a História aos olhares menos avisados. Todos nós sabemos que o físico teórico é incapaz de fabricar um Volkswagen... Mas todos nós devemos saber que o aperfeiçoamento, a superação mesmo, do Volkswagen, depende fundamentalmente do físico teórico, da Ciência Fundamental. A Ciência Fundamental, aparentemente gratuita, supérflua, não diretamente operacional, é *imprescindível* para que exista uma Ciência nada gratuita, nada supérflua, e bem operacional.

A *Ciência Fundamental* não deve ser considerada como um luxo de países ricos, de países altamente desenvolvidos. A *Ciência Fundamental* é condição *sine qua non* da *independência* dos países menos desenvolvidos. Sem ela estes países ficariam completamente, e eternamente, à mercê das dádivas “generosas” — em Ciência Fundamental —, dos países altamente desenvolvidos. Teríamos assim o mais hediondo imperialismo, o mais hediondo obscurantismo...

A História, Ciência das Ciências do Homem, a História, Ciência Fundamental entre as Ciências Sociais, Ciência Fundamental entre as Ciências Humanas, surge-nos, na verdade, muito logicamente — tal como a Física Teórica —, como menos operacional do que qualquer das restantes Ciências Sociais, menos operacional do que qualquer das restantes Ciências Humanas. Menos operacional do que a Geografia (33), menos operacional do que a Economia, menos operacional do que a Sociologia, menos operacional do que a Política, menos operacional do que a Psicologia.

Mas, entretanto, a prática colocou, relativamente, em dificuldade a teoria, a prática colocou, relativamente, em dificuldade, a lógica desta nossa exposição. Para citarmos a amostra mais representativa, poderemos dizer que a historiografia francesa contemporânea, melhor, o setor verdadeiramente significativo, de vanguarda, da historiografia francesa contemporânea, modificou, transformou, revolucionou, relativamente, na prática, aquilo que nos parecia o quadro lógico.

O movimento esboçado por Henri Berr com a *Synthèse en Histoire*, e verdadeiramente lançado por Lucien Febvre e Marc Bloch — agora sob a direção de Fernand Braudel, para só citar os nomes mais expressivos —, com a revista *Annales (Economies-Sociétés-Civilisa-*

(33). — Como demonstração da operacionalidade da Geografia, podemos ver o livro: Pierre George-Raymond Guglielmo-Yves Lacoste-Bernard Kayser, *La Géographie Active*, P. U. F., Paris, 1964. Tradução em língua portuguesa da Difusão Européia do Livro, São Paulo, 2a. ed., 1968.

tions) (34), e com a VI Secção (Ciências Econômicas e Sociais) da Escola Prática de Altos Estudos da Universidade de Paris (35), veio modificar substancialmente o esquema lógico atrás apresentado. E veio modificá-lo na medida em que desapareceram quase por completo as barreiras entre as diversas Ciências Humanas, entre as diversas Ciências Sociais. Na medida em que se atenuou de maneira quase total a distinção entre a História e a Geografia, a História e a Economia, a História e a Sociologia, a História e a Política, a História e a Psicologia, poderemos dizer que a História, as Ciências Históricas, deixaram de ser tão menos operacionais do que as restantes Ciências Sociais, as restantes Ciências Humanas. Deixaram de ser tão menos operacionais, mas não deixaram de ser — está na sua natureza mesma —, a Ciência Fundamental entre o complexo e variado naipe das Ciências Sociais, das Ciências Humanas.

Desde os tempos de Auguste Comte que a Sociologia parecia ter a vocação de abranger tôdas as Ciências Sociais, sendo ela a Ciência do Social e sendo relegada a História — de maneira pelo menos implícita —, para a situação de uma técnica desta autêntica Ciência do Social. A História, reduzida à condição de Ciência do Particular, portanto à condição de uma não-ciência, uma pré-ciência, acaba de maneira clara, já nos nossos dias, por invadir domínios que a ela não pareciam pertencer. A vocação “imperialista” da Sociologia vem responder, no nosso século, a História com a sua vocação “imperialista” (36).

(34). — Na sua fundação, por Lucien Febvre e Marc Bloch, em 1929: *Annales d'Histoire Economique et Sociale*; depois, *Annales d'Histoire Sociale*; depois ainda, *Mélanges d'Histoire Sociale*; e finalmente, sob a influência e a direcção de Fernand Braudel, com o título acima indicado: *Annales (Economies-Sociétés-Civilisations)*.

(35). — Fundador: Lucien Febvre. Atual presidente: Fernand Braudel.

(36). — Fernand Braudel (*Histoire et Sociologie*, in *Traité de Sociologie* publié sous la direction de Georges Gurvitch, Volume I, Chapitre IV, Paris, 1958; ou, *Ecrits sur l'Histoire*, Flammarion, Paris, 1969, ps. 97-122; Tradução de Margarida e Joaquim Barradas de Carvalho, in *Revista de História*, nº 61, São Paulo, janeiro-março de 1965) escreve: “A história, se assim nos podemos exprimir, é um dos ramos menos estruturados da ciência social, e portanto dos mais flexíveis, dos mais abertos. As ciências sociais, em nós, estão talvez presentes mais vêzes ainda do que na própria sociologia, a qual tem no entanto a vocação de as conter a tôdas. Há uma história econômica cuja riqueza envergonha, estou disso seguro, a magra e anêmica sociologia econômica. Há uma maravilhosa história geográfica e uma geografia histórica que não podem comparar-se com a ecologia miudinha dos sociólogos. Há uma demografia histórica (que se não for histórica, não poderá existir) ao lado da qual a morfologia social é coisa de somenos. Há também uma história social, medíocre, mas que nada teria a ganhar no contacto com os maus estudos de sociologia tipológica (para não dizer o que seria pleonasma: a sociologia social). E é muito provável que a história quantitativa, na linha dos programas de Ernest

E' na verdade hoje difícil, senão mesmo impossível, distinguir a *Geografia Histórica*, ou melhor, a *Geo-História*, da *Geografia*, se nos lembrarmos de Fernand Braudel (37) — para citarmos apenas o nome mais relevante. E' na verdade hoje difícil, senão mesmo impossível, distinguir a *História Econômica*, da *Economia Política*, ou, para falarmos uma linguagem mais dos nossos dias, da *Ciência Econômica*, se nos lembrarmos de Ernest Labrousse (38) — para citarmos apenas o nome mais relevante. E' na verdade hoje difícil, senão mesmo impossível, distinguir a *História Social*, da *Sociologia*, se nos lembrarmos de Marc Bloch (39) — para citarmos apenas o nome mais relevante. E' na verdade hoje difícil, senão mesmo impossível, distinguir a *Psicologia Histórica* da *Psicologia*, se nos lembrarmos de Ignace Meyerson (40) — para citarmos apenas o nome mais relevante (41).

E' nesta linha de raciocínio que somos levados à formulação do seguinte esquema, certamente imbuído do simplismo de todo o esquema, mas nem por isso, parece-nos, menos significativo e válido na sua generalidade:

Labrousse e dos seus discípulos (*Congresso Histórico de Roma*, 1955), vá, no domínio do estudo das classes sociais tomar um avanço decisivo sobre a Sociologia abstrata, demasiado preocupada, na minha opinião, com o conceito de classes sociais em Marx e nos seus émulos”.

(37). — *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'Époque de Philippe II*, A. Colin, Paris, 1949. Seconde édition revue et augmentée, A. Colin, Paris, 1966.

(38). — *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIIIe siècle*, 2 Volumes, Paris, 1933; *La Crise de l'Economie Française à la fin de l'Ancien Régime et au début de la Révolution*, Paris, 1944; *Comment naissent les Révolutions*, in *Actes du Congrès de la Révolution de 1848*, Paris, 1948.

(39). — *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*, Paris, 1931; *La Société Féodale*, Paris, 1940. Ver ainda: *L'Histoire Sociale - Sources et Méthodes*, P. U. F., Paris, 1967, em especial a *Introduction* por Ernest Labrousse, e a comunicação de Albert Soboul, *Description et mesure en histoire sociale*.

(40). — *Les fonctions psychologiques et les oeuvres*, Paris, 1948. Ver, de Lucien Febvre: *Une vue d'ensemble. Histoire et Psychologie*, in *Encyclopédie Française*, Tome VIII, 1938; *Comment reconstituer la vie affective d'autrefois? La sensibilité et l'histoire*, in *Annales d'Histoire Sociale*, III, 1941. Estes dois artigos podem ver-se reeditados, in *Combats pour l'Histoire*, A. Colin, Paris, Seconde édition, 1965. Ver a importância da obra de Ignace Meyerson, em Maurice Reuchlin, *Histoire de la Psychologie*, Col. Que Sais-je?, P. U. F., Paris, 1963, ps. 121-122.

(41). — Omitimos neste parágrafo a *História Política* e a *Ciência Política*, por nos parecer que a *História Política* ainda não nos deu nenhum exemplo significativo, em condições de a podermos incluir no nosso esquema. A *História Política* foi considerada demasiado tempo como irremediavelmente presa ao “tempo curto”. Por sua vez a *Ciência Política*, de desenvolvimento incipiente, se a comparamos à *Ciência Econômica*, e mesmo à *Sociologia*, não pôde ter um papel semelhante a estas, no auxílio que deram ao nascimento de uma grande *História Econômica*, e de uma válida *História Social*. — Discutiremos, mais adiante, neste nosso estudo, os problemas que se põem à *História Política* nos nossos dias.

— A *Geografia Histórica*, ou melhor, a *Geo-História*, não é mais do que a *Geografia, do passado*.

— A *Geografia*, não é mais do que a *Geografia Histórica*, ou melhor, a *Geo-História, do presente*.

— A *História Econômica*, não é mais do que a *Economia Política*, ou melhor, a *Ciência Econômica, do passado* (42).

— A *Economia Política*, ou melhor, a *Ciência Econômica*, não é mais do que a *História Econômica, do presente*.

— A *História Social* não é mais do que a *Sociologia, do passado*.

— A *Sociologia* não é mais do que a *História Social, do presente*.

— A *História Política*, será, seguramente em dia próximo, a *Ciência Política do passado*.

— A *Ciência Política* será a *História Política, do presente*.

E finalmente, poderemos ainda dizer que

— A *Psicologia Histórica* não é mais do que a *Psicologia, do passado*.

— A *Psicologia* não é mais do que a *Psicologia Histórica, do presente*.

E' assim que um historiador de vanguarda dos anos 70 *será obrigatoriamente geógrafo*, se o seu campo de trabalho fôr a *Geo-História*. Obrigatoriamente *economista*, se o seu campo de trabalho fôr a *História Econômica*. Obrigatoriamente *sociólogo*, se o seu campo de trabalho fôr a *História Social*. Obrigatoriamente *cientista político*, se o seu campo de trabalho fôr a *História Política*. Obrigatoriamente *psicólogo*, se o seu campo de trabalho fôr a *Psicologia Histórica*. Obrigatoriamente *filósofo*, se o seu campo de trabalho fôr a *História do Espírito Científico*, a *História da Cultura*, a *História das Idéias*, a *História da Filosofia* . . .

Para terminar, poderemos talvez dizer que as Ciências Sociais, as Ciências Humanas, que não são a História, têm mais do que esta a vocação de se ocuparem do presente, assim como a História tem mais do que elas a vocação de se ocupar do passado. A vocação para se ocupar do passado e a vocação para estar em tôdas as Ciências Humanas, a vocação de as penetrar a tôdas. O desprezo pela História é fatal a tôdas elas. Ou são históricas ou não são Ciências. Poderemos mesmo dizer que, tal como a História foi, em tempos passados, Crô-

(42). — Frédéric Mauro (*Le XVIIe. Siècle Européen — Aspects Economiques* — Nouvelle Clío, P. U. F., Paris, 1966, p. 100) escreve: 'Fazemos apêlo a tôdas as ciências sociais, no mais largo sentido do termo, como instrumentos de explicação. Procuramos responder à definição da história econômica, que é a teoria econômica do passado, como a ciência econômica é a teoria econômica do presente'.

nica do passado, também a Sociologia não é mais, muitas vêzes, no nosso tempo, do que Crônica do presente. . .

A vocação “imperialista” da História, nos nossos tempos, surge-nos bem expressa numa frase que Lucien Febvre não se cansou de escrever e reescrever, de dizer e repetir, nos últimos dez anos da sua vida: *Histoire, science du passé, science du présent*.

*

a. — *História, Ciência do passado, Ciência do presente.*

Lucien Febvre chamou muitas vêzes a atenção para aquilo que considerava o pecado máximo do historiador: *o anacronismo*

(“Le problème est d’arrêter avec exactitude la série de précautions à prendre, des prescriptions à observer pour éviter le péché des péchés — le péché entre tous irrémissible: l’anachronisme”) (43).

Mas, em aparente paradoxo, é o mesmo Lucien Febvre a dizer-nos que *a história é filha do seu tempo*

(“Histoire, fille du temps. Physique même, fille de son temps: celle de Langevin n’est plus celle de Galilée, qui n’est pas celle d’Aristote”) (44).

E, na verdade, Lucien Febvre não era contraditório: o paradoxo é, na realidade, apenas aparente. Ao mesmo tempo que o anacronismo é o maior perigo para o historiador, êsse mesmo historiador olha o passado com uma perspectiva que lhe é forçosamente dada pelo presente, pela sua vida presente, pela sua condição de homem do seu tempo.

Pela sua condição de homem do seu tempo, até na medida em que o historiador do nosso tempo, do tempo do nascimento de uma *História* que não é mais *Crônica*, mas é *Ciência* (45), é também, e ao mesmo tempo, geógrafo, economista, sociólogo, cientista político,

(43). — *Le problème de l’incroyance au XVIe. siècle (La Religion de Rabelais)*, Paris, 1942, p. 6.

(44). — *Ibidem*, p. 2. — Um exemplo bem demonstrativo têmo-lo no livro de W. K. Ferguson, *La Renaissance dans la pensée historique*, Payot, Paris, 1950. — Henri Lefebvre, no seu livro sobre *Rabelais* (Ed. Hier et Aujourd’hui, Paris, 1955, Chap. I, ps. 11-17) põe em evidência aquilo a que poderíamos chamar o subjetivismo metodológico de Lucien Febvre. Pensamos mostrar, na parte final dêste estudo, quanto nos parece infundada a crítica, nada amena, de Henri Lefebvre.

(45). — Ver, mais adiante, neste estudo, a clarificação desta afirmação.

filósofo... As experiências presentes do historiador, fatalmente carregadas de subjetivismo, serão corrigidas pelo controle nascido com a participação no processo das Ciências Humanas, das Ciências Sociais que não são a História — as Ciências Humanas, as Ciências Sociais que têm talvez mais do que a História a vocação de se ocuparem do presente. Ou então as experiências presentes do historiador, fatalmente carregadas de subjetivismo, serão corrigidas pela própria *História*, na medida em que recordarmos e aceitarmos a vocação “imperialista” da História expressa na frase que Lucien Fefvre não se cansou de dizer e repetir, de escrever e reescrever, nos últimos dez anos da sua vida: *História, Ciência do passado, Ciência do presente* (“Histoire, science du passé, science du présent”).

Já o grande Michelet, em pleno século XIX, escrevia:

“Celui qui voudra s'en tenir au présent, à l'actuel, ne comprendra l'actuel!...”.

Palavras a fazer meditar economistas e sociólogos...

Mas meditemos também nós, historiadores. Michelet esqueceu-se de reescrever esta mesma frase substituindo apenas a palavra *presente* pela palavra *passado*:

“Aquêlê que quiser ater-se apenas ao passado, não compreenderá nunca êsse mesmo passado”.

Compreender o presente pelo estudo do passado, sim; mas também o passado é compreendido de uma perspectiva presente. São os nossos “olhos” de homens do presente que “vêm” os acontecimentos passados, que os selecionam, que os valorizam, em função da problemática das diversas Ciências Humanas, das diversas Ciências Sociais. Não que devamos ceder ao pecado do anacronismo, vendo os problemas do passado à imagem e semelhança dos nossos problemas presentes. Mas que o nosso inquérito, o inquérito a formular às fontes, aos arquivos, é formulado do presente, é formulado de acordo com as nossas preocupações de homens de 1970, esta é a nossa condição. É por isto mesmo que é mais importante para o historiador dos nossos tempos o estudo de problemas de geografia, de economia, de sociologia, de política, de psicologia, do que a leitura, tantas vezes fastidiosa, de livros de História envelhecidos, livros de História cuja problemática já não é a nossa. Contacto estreito, ativo, com todas as Ciências Humanas do nosso tempo, eis a condição fundamental para a existência do autêntico historiador. O inquérito a formular às fontes, aos arquivos, as hipóteses de trabalho, devem surgir desse estreito

contacto com as jovens Ciências Humanas, devem surgir — numa palavra — do conhecimento do mundo em que o historiador vive (46).

Lucien Febvre, numa conferência intitulada *Vivre l'Histoire*, pronunciada para os alunos da Escola Normal Superior de Paris, em 1941, dizia (47):

“Et puisque j'ai le bonheur de savoir, dans cette salle, des jeunes hommes décidés à consacrer leur vie à la recherche historique, c'est avec certitude que je leurs dis: pour faire de l'histoire tournez le dos résolument au passé et vivez d'abord. Mêlez-vous à la vie. Á la vie intellectuelle, sans doute, dans toute da variété. Historiens, soyez juristes aussi, et sociologues, et psychologues; ne fermez pas les yeux au grand mouvement qui, devant vous, transforme, à une allure vertigineuse, les sciences de l'univers physique. Mais vivez aussi,

(46). — Lembramos aqui as muito justas e oportunas palavras de Frédéric Mauro (*L'Orientation Actuelle des Etudes Historiques-L'Histoire au Portugal*, in *Revue Historique*, nº 466, Paris, abril-juin 1963): “Salvo alguns grandes Mestres, os historiadores portugueses do século XIX e da primeira metade do século XX ignoraram o desenvolvimento das ciências políticas, econômicas e sociais, no entanto um dos fatos mais importantes do nosso tempo (Não se trata aqui de fazer uma história da historiografia portuguesa. Para o papel desempenhado noutros tempos por Oliveira Martins, Antônio Sérgio, Lúcio de Azevedo, Jaime Cortesão, ver Frédéric Mauro, *Le Portugal et l'Atlantique au XVIIe. Siècle*, Paris, 1960, ps. 1-2). Ignoraram esta essência da História que é precisamente a aplicação ao passado da problemática das ciências sociais do presente. Os economistas ficaram isolados nas Faculdades de Direito, confinados à teoria estática tradicional sem as preocupações de dinâmica econômica que noutros países tanto os aproximaram dos historiadores. Os sociólogos, no sentido que damos a esta palavra nos países nórdicos, e mesmo em França, não existem em Portugal. Demografia e ciência política são em Portugal desconhecidas. Só a Etnologia e a Geografia merecem algum favor. Mas não existe nenhum curso de Geografia obrigatório para os candidatos à Licenciatura em História. A aliança, muito tempo mantida, da filosofia e da história na mesma licenciatura tinha chegado em muitos casos à *verbiage* histórica. A vontade atual de abraçar tôda a história impede o historiador de cultivar estas ciências sociais cujas questões lhe são, no entanto, na sua quotidiana pesquisa, cem vezes mais úteis do que os conhecimentos chamados tradicionalmente, mas erroneamente, históricos. — Sem problemática para o guiar o historiador português tradicional deixa-se absorver pela coleta dos *fatos*, o gosto do anedótico, da precisão e do detalhe em domínios ou sobre assuntos que não têm nenhuma importância — é a escola histórica alemã no que ela tem de mais estreito. O historiador português oscila entre as sínteses demasiado gerais e as descrições de acontecimentos, ou as biografias puramente eruditas. Fica demasiado perto dos documentos ou dêles se afasta em demasia. Ignora os métodos modernos da história serial e da semântica quantitativa tanto quanto os problemas de estrutura ou de conjuntura. Estas tendências são ainda agravadas pelo caráter conservador do regime político, ao qual uma idéia nova num domínio em que o marxismo tanto pesou aparece muitas vezes como uma aventura revolucionária perigosa, a evitar a todo o custo. Os fatos... Os fatos... A palavra tem ainda um sentido nas margens do Tejo. Um sentido de prudência...”

(47). — Paris estava ocupada pela Alemanha Nazista.

d'une vie pratique. Ne vous contentez pas de regarder du rivage, paresseusement, ce qui se passe sur la mer en furie. Dans le bateau menacé, ne soyez point Panurge qui se salit de male peur, ni même le bon Pantagruel qui se contente, tenant le grand mât embrassé, de lever les yeux au Ciel et d'explorer. Retrouvez vos manches, comme Frère Jean. Et aidez les matelots à la manoeuvre. Est-ce tout? Non. Ce n'est même rien, si vous devez continuer à séparer votre action de votre pensée, votre vie d'historien de votre vie d'homme. Entre l'action et la pensée, il n'est pas de cloison. Il n'est pas de barrière. Il faut que l'histoire cesse de vous apparaître comme une nécropole endormie, où passent seules des ombres dépouillées de substance. Il faut que, dans le vieux palais silencieux où elle sommeille, vous pénétriez, tout animés de la lutte, tout couverts de la poussière du combat, du sang coagulé du monstre vaincu — et qu'ouvrant les fenêtres toutes grandes, ranimant les lumières et rappelant le bruit, vous réveilliez de votre vie à vous, de votre vie chaude et jeune, la vie glacée de la Princesse endormie.....

Pardonnez-moi le tour qu'a pris cette causerie. Je le dis surtout pour les historiens. Mais s'ils étaient tentés de trouver que leur parler ainsi ce n'est pas leur parler en historien, je les conjure de réfléchir avant de formuler ce grief. Il est mortel" (48).

Marc Bloch, o grande historiador da *Société Féodale*, dos *Caractères Originaux de l'Histoire Rurale Française*, o companheiro de luta de Lucien Febvre, distinguiu, como homem do seu tempo que o foi até na morte (49), o historiador do mero antiquário. Foi êle quem escreveu — divulgando palavras de Henri Pirenne —, no seu último livro, *Apologie pour l'Histoire ou Métier d'Historien*, já redigido na clandestinidade, e publicado após a sua morte heróica:

"Si j'étais un antiquaire, je n'aurais d'yeux que pour les vieilles choses. Mais je suis un historien. C'est pourquoi j'aime la vie" (50).

(48). — in *Combats pour l'Histoire*, A. Colin, Paris, 1953, ps. 32-33. — Não resistimos à tentação de dar êste texto de Lucien Febvre na versão original francesa, dada a força e a beleza literária que êle encerra. Outro tanto fazemos para os dois textos a seguir citados de Marc Bloch, e por razões semelhantes.

(49). — Marc Bloch, Professor da Sorbonne, quase sexagenário, toma nos anos trágicos de 40 a 45, o caminho da luta clandestina contra o Nazismo, como militante dos Movimentos Unidos da Resistência. Preso pela Gestapo, é fuzilado pelos Nazis, em Lyon, a 16 de junho de 1944.

(50). — Paris, 4e. éd., 1961, p. 13.

E escreveu ainda:

“... l'érudit qui n'a le gout de regarder autour de lui ni les hommes ni les choses, ni les événements, il méritera peut-être, comme disait Pirenne, le non d'un utile antiquaire. Il fera sagement de renoncer à celui d'historien” (51).

Enfim, se por um lado a História é a Ciência Fundamental entre as Ciências Sociais, entre as Ciências Humanas, por outro, a sua tendência “imperialista” nos nossos tempos leva-a muitas vèzes a poder cobrir o espaço tradicionalmente ocupado pelas restantes Ciências Sociais, pelas restantes Ciências Humanas.

São históricas tôdas as ciências que não são ciências da natureza (52), escreveu um dia Engels... *A História, Ciência das Ciências do Homem* (53), escreveu ainda há pouco Fernand Braudel... *História, Ciência do Passado, Ciência do Presente*, tinha escrito há anos atrás Lucien Febvre...

Assim, parece-nos estar agora em condições de tentar surpreender nesta última Ciência, aquilo que surpreendemos em tôdas as outras. Vejamos pois, finalmente:

* *
*

3. — A HISTÓRIA.

A revolução epistemológica que atrás verificámos ser comum, embora em épocas diferentes, aos diferentes domínios científicos, dá-se também na História, no conhecimento da realidade histórica. Tal como a uma Matemática, a uma Astronomia, a uma Física, a uma Química, a uma Biologia, a uma Psicologia, *do sensível*, se substituiu

(51). — *Ibidem*, p. 14. — Redação da 2a. Parte da palestra proferida em 20 de março e em 3 de abril de 1968, aos alunos do 1o. ano do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (Cursos Diurno e Noturno), e publicada na revista *História Viva*, no. 2, São Paulo, outubro-novembro de 1968, sob o título: *História (Teoria e Prática) — II*. — Este mesmo texto foi novamente publicado, em Lisboa, na revista *Seara Nova*, nº 1488, de outubro de 1969, sob o título: *Notas para uma Explicação de Portugal. I. — Introdução. 2. “História, Ciência do Passado, Ciência do Presente”*.

(52). — *A Contribuição à Crítica da Economia Política de K. Marx*, in *Etudes Philosophiques de K. Marx et F. Engels*, Ed. Sociales, Paris, 1961, p. 105.

(53). — Título de um livro a sair na *Nouvelle Bibliothèque Scientifique dirigée par Fernand Braudel*, Flammarion, Paris.

uma Matemática, uma Astronomia, uma Física, uma Química, uma Biologia, uma Psicologia, *do inteligível*, também a uma História *do sensível* se substituiu uma História *do inteligível*.

Quando, e como, é que o senso comum, quando e como é que o conhecimento sensível deixou de ser a única medida de apreensão da realidade passada?

Numa muito breve, mesmo muitíssimo breve, *história do conhecimento histórico*, somos levados, parece-nos, a saltar um bom par de séculos para olharmos com um pouco de atenção a segunda metade do século XVIII, e sobretudo o século XIX. Parece-nos que a História no Oriente Antigo, na Grécia Antiga, em Roma, na Idade-Média, no Renascimento, e mesmo no século XVII, nada revela de comparável à autêntica revolução que se opera no século XIX, viragem na concepção da História que é — vê-lo-emos —, também uma viragem, uma autêntica revolução, epistemológica.

Em meados do século XIX, Alexandre Herculano caracteriza a sua *História de Portugal* como

“a primeira tentativa de uma História crítica de Portugal” (54).

Nós vamos mais longe do que não o foi o próprio Herculano, pois diremos que foi com a sua obra de historiador que nasceu em Portugal a historiografia científica. Até Herculano temos em Portugal uma historiografia que não difere profundamente daquela que faziam os cronistas medievais ou renascentistas, sejam êles Gomes Eanes de Zurara ou João de Barros, Rui de Pina ou Damião de Góis (55). Assim é, repetimos, até meados do século XIX, até à obra

(54). — Antônio Sérgio aceita esta caracterização de Herculano. Ver *História de Portugal*, Col. Labor, Barcelona-Buenos Aires, 1929, p. 176.

(55). — Não foi por acaso que omitimos aqui o nome de Fernão Lopes. E' que Fernão Lopes surge-nos como um caso *sui generis*, sem paralelo, parece-nos, entre os cronistas medievais ou mesmo renascentistas. Em Fernão Lopes existe o cronista, mas já existe também, e da maneira mais anacrônica, o historiador. Na *Crônica de D. João I*, Fernão Lopes é cronista quando se ocupa de Nun'Álvares Pereira, o seu herói individual, de quem faz incondicionalmente o panegírico, tal como Zurara o faz para o Infante D. Henrique; é já historiador, como nenhum outro cronista, quando personifica a cidade de Lisboa, quando se ocupa do povo de Lisboa na Revolução de 1383, quando se ocupa do povo português, o seu herói coletivo; fica entre o Cronista e o Historiador, fica na transição da Crônica à História, quando se ocupa de D. João I, Mestre de Avis e Rei de Portugal, por êle sempre criticado, o seu anti-herói, se assim lhe podemos chamar. — Ver o excelente estudo de M. Lúcia Perrone de Faro Passos: *O Herói na "Crônica de D. João I" de Fernão Lopes* (Tese de Mestrado apresentada ao Curso de História da Civilização Ibérica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo -exemplares datilografados-). São Paulo, 1969. — O caso extraordinário, e mesmo anacrônico que nos parece ser o de Fernão Lopes só poderá ter a sua explicação se atentarmos no fato de que êle foi o cronista da Revolução de 1383, a

historiográfica de Alexandre Herculano. E se abriremos um qualquer livro que nos dê, nem que seja em esboço, a História das Ciências Históricas, ficam sabendo que o fenómeno é geral, é de todo e qualquer País, por mais forte que seja a sua tradição historiográfica.

Poderemos mesmo dizer em esquema — com o simplismo inerente a tôda a esquematização — que a História até ao século XIX não passou daquela História a que, nesse mesmo século XIX, Amans-Alexis Monteil (1769-1850) chamou a *histoire-bataille*, e que mais recentemente Paul Lacombe (1848-1921), e depois François Simiand (1873-1935), batizaram, com muita felicidade, de *histoire événementielle*. Mas, por mais paradoxal que isto nos pareça, é em pleno século XIX, quando a revolução começava a operar-se, que Leopoldo von Ranke (1795-1886) nos dá a expressão mais acabada desta concepção da História, na sua célebre frase:

“O objectivo da História é dar os acontecimentos do passado como êles na realidade se passaram” (56).

Façamos um breve parêntese para aproximarmos a célebre frase de Ranke — “o objetivo da História é dar os acontecimentos do passado como êles na realidade se passaram” —, da concepção aristotélica do conhecimento, bem expressa nas seguintes palavras:

“os sentidos percebem as coisas *ut sunt in se*, isto é, tais como elas são” (57).

E' ou não flagrante a identidade epistemológica? A *histoire-bataille*, a *histoire événementielle*, tal como a Astronomia de Ptolomeu, a Física de Aristóteles, a Química anterior a Lavoisier, a Biologia expressa no *Gênesis* da *Bíblia*, a Psicologia anterior a Freud, estava presa a uma epistemologia do *sensível*, epistemologia de onde saiu a Astronomia no século XVI, a Física no século XVII, a Química no

primeira revolução burguesa da História da Humanidade à escala de uma Nação. Ver, entre outros, os seguintes estudos: Antônio Sérgio, *Prefácio à Crônica de D. João I*, Pôrto, 1945; Jaime Cortesão, *Os Fatores Democráticos na Formação de Portugal*, in *Obras Completas*, Lisboa, Volume I, 1964; Joel Serrão, *O caráter social da Revolução de 1383*, Cadernos da “Seara Nova”, Lisboa, 1946; Álvaro Cunhal, *Les luttes de classes au Portugal à la fin du Moyen-Âge*, Centre d'Etudes et de Recherches Marxistes, Paris, 1967; Antônio Borges Coelho, *A Revolução de 1383*, Lisboa, 1965.

(56). — Sublinhados nossos.

(57). — Robert Lenoble, *Origines de la pensée scientifique moderne*, in *Histoire de la Science*, Encyclopédie de la Pléiade, Volume, publié sous la direction de Maurice Daumas, Paris, 1957, p. 379.

século XVIII, a Biologia no século XIX, a Psicologia no século XX, e a História começará a sair no século XIX, numa lenta e tortuosa caminhada que ainda não chegou ao seu termo.

Um breve parêntese, apenas, para lembrarmos um curto passo em que a ironia de Lucien Febvre define maravilhosamente esta “pequena história”:

“Demasiados historiadores, e, o que é pior, bem formados e conscienciosos. . . . Trabalham que é um encanto! Fazem história como as suas avós faziam tapeçaria. A ponto miúdo. São ultra aplicados. Mas se lhes perguntarmos porquê todo êste trabalho — o melhor que sabem responder, com um bom sorriso de criança, é a cândida frase do velho Ranke: *Para saber exatamente com as coisas se passaram. E naturalmente: com todos os detalhes*” (58).

Esta História, com a sua base epistemológica no conhecimento sensível, com a sua base epistemológica no conhecimento sensorial, esta História com a sua base epistemológica no senso comum, esta *histoire-bataille*, esta *histoire événementielle*, como hoje lhe chamamos, esta História dos meios dirigentes e dos chamados grandes homens, esta História dos reis, dos ministros, da Corte, levou mesmo durante séculos a serem tomadas como de grande importância certas disciplinas auxiliares, como a genealogia e a heráldica. Haverá talvez ainda quem se lembre da *boutade*:

“le blason est la clef de l’histoire de France”, “o brasão é a chave da história da França” (59).

Leopold von Ranke, já no seu tempo, ao pensar que definia a História, não definia afinal mais do que uma certa História, aquela a que depois viemos a chamar, com Paul Lacombe e François Simiand, *événementielle*.

Finalmente, distingamos, com um exemplo bem dos nossos dias, estas duas Histórias possíveis — a História com a sua base epistemológica no conhecimento sensível, e a História com a sua base epistemológica no conhecimento inteligível.

O assassinio do Presidente John Kennedy é um acontecimento histórico no plano do nosso conhecimento sensível. A conjuntura econômica, social, e política, dos Estados Unidos da América do Norte

(58). — *Face au vent — Manifeste des Annales Nouvelles*, in *Combats pour l’Histoire*, A. Colin, Paris, 1953, p. 41.

(59). — Henri Irénée Marrou, *Comment comprendre le métier d’historien*, in *L’Histoire et ses Méthodes*, Encyclopédie de la Pléiade, Volume publié sous la direction de Charles Samaran, Paris, 1961, ps. 1471-1472.

que tornou possível, ou até conduziu (60), ao assassinio do Presidente John Kennedy, é algo de diferente, de mais profundo, algo que podemos dizer estar no plano do nosso conhecimento inteligível. *Poderíamos ter visto com os nossos olhos* o assassinio do Presidente John Kennedy (61). *Não poderíamos ter visto* a conjuntura econômica, social, e política, dos Estados Unidos da América do Norte. *Vemos* um acontecimento. *Não vemos* uma conjuntura, uma estrutura.

*

a. — *A pré-história da grande História — algumas amostras representativas. Voltaire e Condorcet.*

A História, como disse e repetiu Lucien Febvre, é filha do seu tempo. Tal como a Filosofia, tal como a própria Física:

“História, filha do tempo. Não o digo para a diminuir. Filosofia, filha do tempo. Física mesmo, filha do seu tempo: a de Lançevin já não é a de Galileu, que por sua vez já não é a de Aristóteles” (62).

A História é filha do seu tempo, e na verdade uma História nova, uma grande História surgiu com as revoluções do fim do século XVIII e de todo o século XIX: a Revolução Francesa, 1830, 1848, a Comuna de Paris... , não esquecendo o mundo de conseqüências da Revolução Industrial na Inglaterra...

Em 1756, já Voltaire (1694-1778) escrevia no seu *Essai sur les moeurs et l'esprit des nations*:

“A história da Europa tornou-se um imenso processo de contratos de casamento, de genealogias e de títulos disputados que espalham por toda a parte tanta obscuridade quanto securas, e que fazem passar despercebidos os grandes acontecimentos, o conhecimento das leis e dos costumes, objectos bem mais dignos de atenção” (63).

(60). — Poderão dizer-nos que o assassinio do Presidente John Kennedy não passa de um acidente, pois o assassino era um louco. Poderemos responder, muito simplesmente, que nem em todos os Países do mundo, aos loucos lhes dá para matarem o Presidente da República...

(61). — Houve quem tivesse visto com os seus próprios olhos o assassinio de Robert Kennedy.

(62). — *Le problème de l'incroyance au XVIe. siècle — La religion de Rabelais*, Paris, 1942, p. 2.

(63). — Chap. LXXIV, éd. Beuchot, T. XVI, ps. 349-350. Citado por Joseph Hours, *Valeur de l'Histoire*, P. U. F., Paris, 1963, p. 35. — Ver outros textos em: Jean Ehrard-Guy P. Palmade, *L'Histoire*, A. Collin, Collection U, Paris, 1964, ps. 157-178.

Nesta mesma obra, em intuição genial, Voltaire vai ainda mais longe, quando escreve:

“Eu queria descobrir qual era então a sociedade dos homens, como se vivia no interior das famílias, que artes eram cultivadas, em vez de repetir tantas desgraças e tantos combates, funestos objectos da história e lugares comuns da malvadez humana” (64).

Fazemos notar neste passo o emprêgo da grande palavra: *socié-
dade, la société des hommes* de Voltaire. A *História* ia deixar de ser a *História* de alguns homens para ser a *História* das sociedades. Voltaire revela também já, bem nitidamente, o seu desdém por certa *História*, quando nos fala em *tantas desgraças e tantos combates, tants de malheurs et tant de combats* — afinal a *histoire-bataille* de Amans-Alexis Monteil.

Deixando Voltaire, vamos encontrar ainda no século XVIII, mas já nos últimos anos, um extraordinário texto do Marquês de Condorcet (1743-1794), ao qual voltaremos na parte final dêste nosso estudo. Assim, em 1793 ou 1794, Condorcet escreve no seu *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*:

“Até aqui a história política, como a da filosofia e das ciências, não foi mais do que a história de alguns homens; o que verdadeiramente forma a espécie humana, a massa das famílias que subsistem quase por inteiro do seu trabalho, foi esquecido...” (65).

Neste extraordinário texto chamamos a atenção para o fato de Condorcet, tal como Voltaire, ter uma atitude crítica para com a *História de apenas alguns homens*, propondo uma história das sociedades, *a massa das famílias, la masse des familles*, como êle lhe chama. Notemos ainda o emprêgo da palavra *masse*... A pré-história

(64). — Chap. LXXXI, p. 416. — Joseph Hours, *Ibidem*. — Jean Ehrard-Guy P. Palmade, *Ibidem*. — Voltaire, *Essai sur les moeurs et l'esprit des nations*, Introduction et Notes par Jacqueline Marchand, Les Classiques du Peuple, Ed. Sociales, Paris, 1962, p. 136.

(65). — Ed. de la librairie de la Bibliothèque Nationale, Paris, 1892, ps. 29-30. — Citado por Joseph Hours, *Ibidem*, p. 36. — Condorcet, *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*, Introduction et Notes par Monique et François Hincker, Les Classiques du Peuple, Ed. Sociales, Paris, 1966, p. 250. Nesta edição o texto de Condorcet aparece-nos com uma pequena difereença que não lhe altera radicalmente o sentido: “Jusqu'ici, l'histoire politique, comme celle de la philosophie des sciences, n'a été que l'histoire de quelques hommes...”. Falta nesta versão, ou uma vírgula, ... *comme celle de la philosophie, des sciences,...*, ou a palavra *et*: ... *comme celle de la philosophie et des sciences,...* De qualquer das maneiras as palavras de Condorcet não perdem o seu valor revolucionário.

dos conceitos é uma realidade, uma realidade profunda, subterrânea... Mas, para além de tudo isto, chamamos particularmente a atenção para o fato de Condorcet ter escrito, ainda no século XVIII, que...

“... a história política, *como a da filosofia e das ciências*, não foi mais (até ali) do que a história de alguns homens;...”.

Para Condorcet a *História Política* poderia e deveria transcender a História de alguns homens, a história dos chamados homens ilustres, a história dos chamados grandes homens. Condorcet parece ter entrevisto que a *História Política* poderia ir além do acontecimento. A *História Política* não estava irremediavelmente presa ao *tempo curto*. Ela poderia deixar de ser a *histoire événementielle* por excelência... Mas o mais extraordinário neste extraordinário texto está no fato de Condorcet ter a mesma idéia relativamente à *História da Filosofia* e à *História das Ciências*... Preocupação bem atual, bem na ordem do dia nestes anos 60-70..., como veremos na parte final deste nosso estudo.

Michelet.

Depois das amostras bem representativas que são Voltaire e Condorcet no século XVIII, entremos no século XIX, onde encontramos Michelet (1798-1874), que, ao evocar os primeiros volumes da sua *História de França*, publicados a partir de 1833, escrevia:

“Ainda sôbre êste assunto, sou obrigado a dizê-lo, eu estava só. Não se dava mais do que a história política, os atos do governo, um pouco das instituições. Não se tinha nenhuma conta do que acompanha, explica, funda, em parte, esta história política, as circunstâncias sociais, econômicas, industriais, as da literatura e da idéia” (66).

Para Michelet era a história econômica e social (e industrial, sinal dos tempos...) que explicava a história política... Sinais que nos aproximam de Marx e do Marxismo...

Deixando Michelet, e procurando outros sinais da revolução que se começa a operar por estas épocas, vamos encontrar, ainda por meados do século XIX, tôda uma plêiade de historiadores franceses, como Guizot (1787-1874), Thierry (1795-1856), Mignet (1796-1884), Thiers (1797-1877), que são outros tantos testemunhos, e cada vez mais vivos, da viragem que estava na ordem do dia.

(66). — Ver outros textos em: Jean Ehrard-Guy P. Palmade, *Ibidem*, ps. 235-265.

Thierry e Guizot.

Vejamos Thierry e Guizot, como duas amostras bem representativas.

Em Thierry encontramos, de maneira bem nítida, bem clara, o desprezo pela História que só vê os chamados grandes homens, os reis, os príncipes, os casamentos entre êstes, as intrigas de palácio, as batalhas militares, enfim, a *histoire-bataille*, a *histoire événementielle*. Nos *Dix ans d'études historiques*, no capítulo *Sur la classification de l'histoire de France par races royales*, lemos:

“Suponhamos um estrangeiro, homem de bom senso, que conheça um pouco os historiadores da queda do império romano, e que não tenha nunca aberto um só volume moderno da nossa história. Suponhamos que, vendo pela primeira vez um destes livros, percorre o índice, e ali nota como ponto saliente, como base de toda a obra, a distinção de várias raças. Que idéia pensais vós que êle forma destas raças e do pensamento do autor? Muito provavelmente acreditará que esta distinção corresponde à das diversas populações, sejam gaulesas, sejam estrangeiras, cuja mistura, operada gradualmente, formou a nação francesa; e quando êle vir que se enganou, que são simplesmente diferentes famílias de príncipes à volta das quais gira tolo o sistema da nossa história nacional, êle ficará, sem dúvida, muito espantado” (67).

Nas *Lettres sur l'Histoire de France*, Thierry aborda, ainda, êste mesmo assunto:

“Nestas descrições, vagamente pomposas, em que um pequeno número de personagens privilegiadas ocupam sós a cena histórica, e em que a massa inteira da nação desaparece por detrás dos mantos da côrte, não encontramos, nem uma instrução séria, nem lições que a nós se dirijam, nem êste interêsse de simpatia que liga em geral os homens à sorte de quem com êles se parece. As nossas províncias, as nossas cidades, tudo o que cada um de nós pensa com o nome de pátria, dever-nos-ia ser representado em cada século da nossa existência; e, em vez disso, não encontramos senão os anais domésticos da família reinante, nascimentos, casamentos, óbitos, intrigas de palácio, guerras que todas se assemelham e cujo detalhe, sempre mal circunstanciado, é desprovido do movimento e de caráter pitoresco” (68).

(67). — 4e. éd., Paris, 1842, ps. 353-354.

(68). — 7e. éd., Paris, 1842, ps. 15-16.

Nos *Dix ans d'études historiques*, Thierry contrapõe a história do povo, das massas populares, à história dos reis, dos chefes militares:

“... o progresso das massas populares para a liberdade e o bem estar parecer-nos-ia mais importante do que a marcha dos fazedores de conquistas, e as suas misérias, mais tocantes do que as dos reis despossuídos” (69).

E nesta mesma obra, escreve ainda:

“... a melhor parte do nossos anais, a mais grave, a mais instrutiva, está por escrever; falta-nos a história dos cidadãos, a história dos súditos, a história do povo” (70).

Finalmente, é ainda nos *Dix ans d'études historiques* que Thierry nos fala de classes sociais, e mesmo de luta de classes, no título de um dos parágrafos desta obra:

“Luta das classes de homens e dos interesses opostos” (71).

Se deixarmos Augustin Thierry e olharmos para Guizot, verificamos ter este uma idéia já bem clara da importância primordial da história econômica e social relativamente à história política, como se pode ver nos seus *Essais sur l'histoire de France*:

“E’ pelo estudo das instituições políticas que a maior parte dos escritores, eruditos, historiadores ou publicistas, procuram conhecer o estado da sociedade, o grau ou o gênero da sua civilização. Teria sido mais sábio estudar em primeiro lugar a sociedade em si mesma para conhecer e compreender as suas instituições políticas. Antes de se tornarem causa, as instituições são efeito; a sociedade as produz antes de ser por elas modificada; e, em lugar de procurar no sistema ou nas formas de govêrno qual foi o estado do povo, é o estado do povo que é preciso examinar antes de tudo para saber qual foi, qual pôde ser o govêrno” (72).

“Antes de se tornarem causa, as instituições são efeito; a sociedade as produz antes de ser por elas modificada;...”. Estamos indiscutivelmente bem perto de Marx...

Ainda nesta mesma obra:

“A sociedade, a sua composição, a maneira de ser dos indivíduos segundo a sua situação social, as relações das diversas classes de indivíduos, o estado das pessoas, enfim, tal é, seguramente,

(69). — 4e. éd., Paris, 1842, p. 348.

(70). — *Ibidem*, p. 347.

(71). — *Ob. cit.*, p. 65.

(72). — 5e. éd., Paris, 1853, p. 59.

a primeira questão que chama a atenção do historiador que quer assistir à vida dos povos; e do publicista que quer saber como eles eram governados” (73).

E Guizot termina, ainda nesta mesma obra:

“O estudo do estado das terras deve pois preceder o estudo do estado das pessoas. Para compreender as instituições políticas, é preciso conhecer as diversas condições sociais e as suas relações. Para compreender as diversas condições sociais, é preciso conhecer a natureza e as relações das propriedades” (74).

Guizot fala-nos em *relações das propriedades*. Marx virá falar-nos em *relações de produção* . . .

Sobre o conceito de classes sociais, e mesmo de luta de classes, Guizot é bem mais claro, e vai bem mais longe do que não o foi Thierry. Guizot chega mesmo a ver na luta de classes o grande motor da história, a grande causa do progresso, o mais fecundo princípio do desenvolvimento da civilização européia.

Lemos, na sua *Histoire de la Civilisation en Europe*:

“Nenhuma das classes pôde vencer nem sujeitar as outras; a luta, em lugar de tornar-se um princípio de imobilidade, foi uma causa de progresso; as relações das diversas classes entre elas, a necessidade em que se encontram de se combater e de se harmonizar, a variedade dos seus interesses e das suas paixões, a necessidade de se vencer, sem poder chegar ao fim, dali saiu, talvez, o mais enérgico, o mais fecundo princípio de desenvolvimento da civilização européia. As classes lutaram constantemente; detestaram-se; uma profunda diversidade de situações, de interesses, de costumes, produziu entre elas uma profunda hostilidade política; e no entanto elas aproximaram-se progressivamente, assimilaram-se cada país da Europa viu nascer e desenvolver-se no seu seio um certo espírito geral, uma certa comunidade de interesses, de idéias, de sentimentos que triunfaram da diversidade e da guerra” (75).

E ainda nesta mesma obra:

“O terceiro grande resultado da emancipação das comunas, é a luta de classes, luta que enche a história moderna. A Europa nasceu da luta das diversas classes da sociedade” (76).

(73). — *Ibidem*, p. 60.

(74). — *Ibidem*, p. 61.

(75). — 6e. éd., Paris, 1855, ps. 209-210.

(76). — *Ibidem*, p. 209.

Numa outra das suas obras, *Du Gouvernement de la France depuis la Restauration*, escreve ainda Guizot:

“Desde há mais de treze séculos que a França contém dois povos, um povo vencedor e um povo vencido que lutava para esmagar o jugo do povo vencedor. A nossa história é a história desta luta” (77).

Mas Guizot, dando pela existência da luta de classes e chamando-lhe mesmo o grande motor da história, acaba na fusão das classes, no compromisso, quando a sua classe, a classe média, se guinda ao poder. A harmonia das classes, a paz social, está bem expressa em outra das suas obras, *De la Démocratie en France*, onde Guizot, depois de dizer que

“A luta das diversas classes da nossa sociedade encheu a nossa história” (78).

acrescenta:

“A paz interior, a paz entre tôdas as classes de cidadãos, a paz social! é a necessidade suprema da França, é o grito de salvação” (79).

A hora da dialética hegeliana não tinha ainda soado. . .

Foi enorme a influência destes historiadores franceses do romantismo. Ela chegou mesmo, como veremos, a Marx. Mas entretanto, vejamos um dos exemplos desta influência, e desta vez num historiador português, o introdutor em Portugal da historiografia crítica, como êle próprio o disse, e da historiografia científica, como o dissemos e dizemos nós:

Alexandre Herculano.

O Herculano liberal, o Herculano anti-democrata e anti-socialista, o Herculano adepto da Monarquia Cartista, como afinal o foram todos êstes historiadores e homens políticos do romantismo francês, desde Victor Cousin, o historiador da filosofia, até Thierry e Guizot, historiadores e homens políticos — o Herculano liberal, anti-democrata e anti-socialista, adepto da Monarquia Cartista, repetimos, situa-se como historiador, como homem de ciência, na linha de evolução e de revolução que conduz a Marx e ao Marxismo. . .

(77). — Paris, 1831, p. 1.

(78). — Paris, 1849, p. 35.

(79). — *Ibidem.*

Augustin Thierry escreveu as *Lettres sur l'histoire de France*. Herculano escreveu as *Cartas sôbre a História de Portugal*. E neste estudo, escrito em 1842, Herculano, seguindo Thierry, insurge-se contra aquilo a que êste chamou a *história das raças reinantes*. Herculano afirma ser *altamente absurdo* sugerir

“...a ordem dos acontecimentos sociais às mudanças das raças reinantes...” (80).

pois

“...a biografia das famílias ou dos indivíduos nunca pode caracterizar qualquer época; antes, pelo contrário, a história dos costumes, das instituições, das idéias, é que há de caracterizar os indivíduos, ainda quando quisermos estudar exclusivamente a vida destes, em vez de estudar a vida do grande indivíduo moral, chamado povo ou nação” (81).

E é assim que Herculano termina propondo que

“...busquemos a história da sociedade e deixemos por um pouco a dos indivíduos” (82).

E é ainda neste mesmo ano de 1842, no *Elogio Histórico de Sebastião Xavier Botelho*, que Herculano escreve:

“A revolução literária que a geração atual intentou e concluiu, não foi instinto: foi resultado de largas e profundas cogitações; veio com as revoluções sociais, e explica-se pelo mesmo pensamento destas” (83).

Neste mesmo estudo Herculano fala-nos da história literária que habitualmente resolvia o problema das origens do seiscentismo com os nomes de Marino, Gongora, etc... A êste propósito Herculano rebela-se contra a história dos chamados grandes homens:

“E’ uma daquelas falsidades históricas, que nascem do curto pensar. Nunca um ou alguns homens puderam assim mudar nem a mínima das fórmulas sociais, em cujo número a arte, de certo, não é a última. São as gerações arrastadas e agitadas por idéias

(80). — *Opúsculos*, Volume V, *Cartas sôbre a História de Portugal*, Carta IV, p. 98 da 4a. ed.

(81). — *Ibidem*, p. 105.

(82). — *Ibidem*

(83). — *Opúsculos*, Volume IX, *Elogio Histórico de Sebastião Xavier Botelho*, p. 219 da 3a. ed.

que nasceram e se derramaram insensivelmente, que fazem semelhantes transformações. Esses cabeças de escolas são o verbo da idéia, são os intérpretes do gênero humano — e mais nada” (84).

Ainda neste mesmo estudo Herculano define o seu conceito de revolução, a propósito das reformas de Mousinho da Silveira:

“A época de 1833 foi a única época revolucionária porque tem passado Portugal, neste século. Nem antes, nem depois, quadra tal epíteto aos sucessos políticos do nosso país; porque só então foi substituída a vida interna da sociedade por uma nova existência. As forças sociais antigas desapareceram para dar lugar a novas forças; destruíram-se classes; criaram-se novos sistemas, que substituíram os que se aniquilaram: os elementos políticos mudaram de situação” (85).

Mas o Herculano fidelíssimo discípulo de Thierry e Guizot, o Herculano intelectual português de cultura européia, o Herculano, homem de uma escola, o romantismo, não fica por aqui, como vamos ver.

Guizot à cerca da luta de classes, na sua obra, *De la Démocratie en France*, afirma:

“Quando tivermos decididamente reconhecido e admitido que as diversas classes que existem entre nós, e os partidos políticos que lhes correspondem, são elementos naturais, profundos, da sociedade francesa, teremos dado um grande passo para a paz social” (86).

Notemos: “... as diversas classes..., e os partidos políticos que lhes correspondem...”. As classes correspondem aos partidos, os partidos correspondem às classes...; parece-nos estar a ler palavras do próprio Marx!...

Mas Herculano não fica atrás de Guizot, pois também êle escreveu, em 1842, nas *Cartas sobre a História de Portugal*:

“...os partidos representam os interesses das diversas classes...” (87).

E agora talvez não nos surpreendamos muito se lermos o que Herculano escreveu em 1841, no trabalho intitulado *Da Escola Politécnica e do Colégio dos Nobres*:

(84). — *Ibidem*, p. 213.

(85). — *Ibidem*, ps. 225-226.

(86). — Paris, 1849, p. 106.

(87). — *Opúsculos*, Volume V, *Cartas sobre a História de Portugal*, Carta V, p. 142 da 4a. ed.

Estas idéias, aliadas às anteriores sôbre a luta de classes e sobretudo à idéia de que "... os partidos representam os interesses das diversas classes...", levam-nos a pensar no materialismo histórico de Marx e Engels, com a concepção da luta de classes, na qual uma classe dominante, progressiva e revolucionária, no próprio quadro da luta de classes, se transforma em regressiva e opressora. Mas não há que pensar em influência de Marx no pensamento de Herculano. Este texto é de 1841, o das classes e dos partidos é de 1842, e o *Manifesto Comunista*, que representa o primeiro passo do materialismo histórico marxista, teve a sua 1a. edição em fevereiro de 1848. Assim, as fontes de Herculano são indubitavelmente os homens da historiografia romântica do século XIX, e entre êles sobretudo Thierry e Guizot (89).

Marx, Engels, e a historiografia do romantismo.

Plékhanov, conceituado teórico do pensamento marxista, mostra, com notável evidência, nos seus estudos, *Da Filosofia da História, e Augustin Thierry e a concepção materialista da história* (90), quanto Thierry e Guizot, entre outros, estavam no caminho da concepção materialista da história, que havia de vir a ser completamente estruturada por Marx e Engels.

Mas sôbre êste ponto até poderemos dispensar os estudos de Plékhanov, ou outros, pois é o próprio Engels e o próprio Marx que nos esclarecem de maneira ineludível. Engels, escreve, em carta de 25 de janeiro de 1894, a Heins Starkenburg:

"Se Marx descobriu a concepção materialista da história, Thierry, Mignet, Guizot, todos os historiadores inglêses até 1850 provam que existia um esforço nesse sentido, e a descoberta da mesma concepção por Morgan é a prova de que o tempo estava maduro para ela e que ela devia necessariamente ser descoberta" (91).

(89). — Ver o nosso livro sôbre *As idéias políticas e sociais de Alexandre Herculano*, Lisboa, 1949, ps. 67-89, 145-179, 2a. ed. revista e aumentada, no prelo, edições Seara Nova, Lisboa; ver também o nosso artigo, *Para uma bibliografia crítica de Alexandre Herculano (Antônio José Saraiva: Herculano e o Liberalismo em Portugal — Os problemas morais e culturais da instauração do regime — 1834-1850 —)*, in *Revista de História*, nº 69, São Paulo, 1967, ps. 231-245.

(90). — In *Les Questions Fondamentales du Marxisme*, éd. revue et augmentée, Ed. Sociales, ps. 166-170 (*De la Philosophie de l'Histoire*), et ps. 179-195 (*Augustin Thierry et la conception matérialiste de l'histoire*). Ver ainda sôbre êste mesmo assunto: Robert Fossaert, *La théorie des classes chez Guizot et Thierry*, in *La Pensée*, nº 59, Paris, janvier-février 1955; B. Réizov, *L'Historiographie Romantique Française — 1815-1830 —*, Editions en Langues Etrangères, Moscou, s/d.

(91). — In *Etudes Philosophiques* de Karl Marx et Friedrich Engels, Nouvelle édition revue et augmentée, Ed. Sociacs, Paris, 1968, p. 164.

E' ainda Engels, no seu *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, que nos diz:

“Mas enquanto que, em todos os períodos anteriores a pesquisa destas causas motrizes da história era quase impossível — pelo fato do encadeamento e do caráter mascarado das ligações e dos seus efeitos — a nossa época simplificou de tal maneira estes encadeamentos que o enigma pôde ser resolvido. Desde o triunfo da grande indústria, isto é, pelo menos desde os tratados de paz de 1815, não é mais um segredo para ninguém em Inglaterra que tôda a luta política ali girava à volta das pretensões ao domínio, de duas classes: a aristocracia da terra (*landed aristocracy*) e a burguesia (*middle class*). Em França, é com a volta dos Bourbons que se toma consciência do mesmo fato; os historiadores da época da Restauração, de Thierry a Guizot, Mignet e Thiers, indicam-no por tôda a parte como sendo a chave que permite compreender tôda a história da França desde a idade média. E, desde 1830, a classe operária, o proletariado, foi reconhecido como terceiro combatente pelo poder nestes dois países. A situação tinha-se de tal maneira simplificado que seria preciso fechar os olhos propositamente para não ver na luta destas três grandes classes e no conflito dos seus interesses, a força motriz da história moderna — pelo menos nos dois países mais avançados” (92).

(92). — *Ibidem*, p. 51. — Engels fala-nos, nos textos acima citados, de Thierry, Guizot, Mignet, Thiers, dos historiadores ingleses até 1850, de Morgan, e diz-nos que “a descoberta da mesma concepção por Morgan é a prova de que o tempo estava maduro para ela e que ela devia necessariamente ser descoberta”. Aos nomes citados, ao de Herculano que nós acrescentámos, acrescentemos ainda outro, o de Barnave, cujas *Oeuvres* foram publicadas em 1843. Em edição relativamente recente (Barnave, *Introduction à la révolution française*, texte présenté par Fernand Rude, *Cahiers des Annales*, A. Colin, Paris, 1960) Fernand Rude dá-nos, além de alguns textos altamente significativos, uma excelente apresentação dos mesmos. São desta apresentação os passos que se seguem: “... Barnave partiu de um determinismo geográfico inspirado em Montesquieu, e sentiu a insuficiência desta explicação que acabou por alargar numa teoria econômica e social da história” (p. VIII); “... Barnave admite, sem dúvida, que a geografia determina um comércio mais ou menos ativo; mas a influência do meio humano, das instituições, dos hábitos de um povo, altera completamente às vêzes os efeitos dos lugares. *A longo prazo, as instituições políticas adotam, se assim nos podemos exprimir, o gênio da localidade; algumas vêzes no entanto, elas podem-no contrariar por muito tempo* (p. 9). As causas materiais não são pois absolutamente determinantes. A verdadeira fonte dos acontecimentos históricos é um complexo de causas, entre as quais Barnave dá já, entretanto, um lugar privilegiado ao trabalho humano; sublinha a forte influência que exercem sobre os costumes e os governos as artes mecânicas, as profissões, o comércio, e esta parte das ciências que se aplica imediatamente, diretamente, à simplificação e ao aperfeiçoamento destas artes. Os progressos destas artes úteis vieram à tona através da anarquia feudal e devemos considerá-las como

Finalmente, testemunho entre todos irrecusável, o do próprio Marx, numa carta a Joseph Weydemeyer, de 5 de março de 1852:

o principal agente que, no espaço de quatro a cinco séculos, modificou todos os governos e mudou a face da Europa (p. 20). Mas não são o principal agente senão na medida em que agem sobre a vida dos homens" (p. IX); "A influência da propriedade faz-se sentir muito cedo: desde o segundo período da sociedade, logo que o homem, de caçador, se transforma em pastor; então desaparecem a democracia e o comunismo primitivos e, diz-nos Barnave, a propriedade começa a influir sobre as suas instituições. Com mais forte razão, quando o homem se torna cultivador: o direito de propriedade, adquirindo cada dia mais extensão, influi sempre mais fortemente sobre a distribuição do poder (p. 6). — Barnave chega assim a esta página extraordinária (que reproduzimos) em que formula a seguinte lei: *Uma nova distribuição da riqueza prepara uma nova distribuição do poder* (p. 9), com o seu corolário: *A propriedade industrial eleva o poder do povo*. — Barnave sublinha vigorosamente o antagonismo entre a propriedade fundiária, base do regime feudal, e a propriedade industrial e mobiliária, fundamento da força burguesa. *Nos governos da Europa, a base da aristocracia é a propriedade da terra, a base da monarquia a força pública, a base da democracia a riqueza mobiliária*" (p. 13) (p. X); "Jaurès disse, e nós repetimos, que Barnave, que mostrou de maneira luminosa como o domínio da burguesia se substituiu ao domínio feudal, não previa o estágio ulterior. E' verdade. No entanto Barnave sentiu claramente que esta propriedade mobiliária, base da democracia, era ela própria uma aristocracia. Penso, com efeito, que não fizemos suficientemente notar uma pequenina frase no passo, tão extraordinário, de que acabamos de falar; ei-la: *Uma nova aristocracia, uma espécie de aristocracia burguesa e comerciante, poderá, é verdade, elevar-se através deste novo gênero de riquezas*. Barnave não teria temido uma cisão no Terceiro Estado? E a formação de uma aristocracia distinta da massa do povo, da classe laboriosa? Que se passaria então?" (ps. X-XI); "Estamos longe do *Contrato Social* e da filosofia do século XVIII, mas estamos muito perto do materialismo histórico. Assim, segundo Barnave — escreve Jaurès —, a Revolução não é nem um fato accidental, nem um fato local. Ela é como que preparada pelo movimento que vem das profundezas dos séculos, pela imensa evolução social que, pouco a pouco, deu força determinante à propriedade e que, em consequência, subordinou as forças do poder político às formas em mudança permanente da própria propriedade. Agora, a propriedade industrial e mobiliária, isto é, a propriedade burguesa está em plena força: a vitória da democracia burguesa é pois inevitável e a Revolução é uma necessidade histórica. Ligada ao movimento da propriedade industrial, a Revolução é vasta como este movimento. Segundo Barnave, não há, para falarmos com propriedade, uma Revolução francesa: há uma Revolução européia que tem na França o seu ponto mais alto — Barnave volta, mais à frente, à Reforma. Logo que o povo, diz Barnave, *liberto, conheceu a prosperidade e sentiu a sua força*, logo que chegou para a Igreja romana o momento marcado pela natureza das coisas para a sua decadência ... apesar da sua grandeza aparente, um único homem (Lutero) se torna para ela perigoso. O escândalo das indulgências e o ressentimento de Lutero não foram pois as verdadeiras causas da Reforma; não foram mais do que o incidente que lançou fogo à pólvora acumulada, que determinou a grande explosão, ela própria preparada por circunstâncias gerais. — Não é também a causa puramente ideológica que Barnave atribui as Cruzadas. As humilhações passadas pelos peregrinos em Jerusalém e as prédicas de Pedro-o-Ermita não foram mais do que um incidente. As Cruzadas surgiram quando os laços estreitos e rígidos do regime feudal não puderam mais conter a massa da população, da indústria e da atividade que os primeiros progressos da civilização produziram na Europa. Causas accidentais atiraram para o Oriente estas novas forças e evitaram uma comoção interior (ps. 24-25). Esta in-

“No que me diz respeito, não sou eu que tenho o mérito de ter descoberto nem a existência das classes na sociedade moderna, nem a luta entre elas. Muito tempo antes de mim, historiadores burgueses tinham descrito o desenvolvimento histórico desta luta de classes, e economistas burgueses tinham dela exprimido a anatomia econômica. O que eu fiz de novo, foi: 1.º) — demonstrar que a existência das classes está ligada a fases do desenvolvimento histórico determinado da produção; 2.º) — que a luta de classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado; 3.º) — que esta ditadura não é mais do que a transição para a abolição de todas as classes e a constituição de uma sociedade sem classes...” (93).

(*Continua*).

terpretação materialista das Cruzadas é tão notável quanto a dada para a Reforma. — Poderíamos, entretanto, multiplicar os exemplos. As grandes invasões surgiram quando as instituições dos Bárbaros do Norte *deixaram de convir à sua população e às suas necessidades* (p. 15). A conquista da América evitou à Espanha uma revolução interior; *a força que devia provocá-la encontrou uma saída no descobrimento do Novo Mundo e para ali se deslocou* (p. 24). — Barnave emprega uma imagem impressionante: comparando a sociedade ao corpo humano, opõe os elementos do corpo social (a população, a riqueza, os costumes) ao tecido que os envolve, isto é, as instituições políticas, as leis e o governo (p. 32). Ainda aqui não estamos longe do esquema marxista, da base e da super-estrutura. E como o crescimento da população e da riqueza depende do progresso das *artes úteis*, em última análise, a técnica é bem o motor da história” (ps. XII-XIV). — Barnave é sempre complexo; desde o começo da sua demonstração, nota que as causas gerais, *num certo espaço de tempo, chegam quase necessariamente a produzir o seu efeito*. Quase. Resta pois uma margem de incerteza, um fracasso possível (em consequência da intervenção de uma causa acidental)...” (p. XV); “Não seria demais insistir sobre a audácia deste pensamento que, tendo assimilado o de Montesquieu, o dos Fisiocratas, e dos seus adversários, de Mably e de Linguet, e mesmo o de Adam Smith, soube ultrapassá-los a todos. Meio século mais tarde, em 1843, este pensamento era ainda bastante novo e não é impossível que Marx nele se tenha inspirado. — A verdade é que a *Introduction* de Barnave ultrapassa a obra dos nossos grandes historiadores do começo do século XIX; sobretudo, prefigura o materialismo histórico; ela é dele, na verdade para retomar a expressão de Jaurès, *um primeiro esboço*” (p. XVIII). — Nos textos acima citados, vemos a indicação das páginas em números romanos e em algarismos árabes. Os números romanos indicam as páginas da *Présentation* de Fernand Rude. Os algarismos árabes indicam as citações de Fernand Rude de textos de Barnave, que por sua vez também podem ser referenciados pelos sublinhados.

(93). — In *Etudes Philosophiques* de Karl Marx et Friedrich Engels, Nouvelle édition revue et augmentée, Ed. Sociales, Paris, 1968, p. 151.